

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS - CCSH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS**

Katiane Fréu

**MUDANÇAS NOS NÍVEIS EDUCACIONAIS E DE SAÚDE NOS
MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL: EFEITOS DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA**

**Santa Maria, RS
2023**

Katiane Fréu

**MUDANÇAS NOS NÍVEIS EDUCACIONAIS E NUTRICIONAIS NOS MUNICÍPIOS
DO RIO GRANDE DO SUL: EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Organizações Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Reisoli Bender Filho

Santa Maria, RS
2023

FRÉU, KATIANE
MUDANÇAS NOS NÍVEIS EDUCACIONAIS E DE SAÚDE NOS
MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL: EFEITOS DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA / KATIANE FRÉU.- 2023.
90 p.; 30 cm

Orientador: REISOLI BENDER FILHO
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, RS, 2023

1. BOLSA FAMÍLIA 2. CONDICIONALIDADES 3. EDUCAÇÃO 4.
SAÚDE I. BENDER FILHO, REISOLI II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, KATIANE FRÉU, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Katiane Fréu

**MUDANÇAS NOS NÍVEIS EDUCACIONAIS E NUTRICIONAIS NOS MUNICÍPIOS
DO RIO GRANDE DO SUL: EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Organizações Públicas.

Aprovada em 07 de dezembro de 2023.

Prof. Dr. Reisoli Bender Filho (UFSM)
(Presidente/ Orientador)

Prof. Dr. Daniel Arruda Coronel (UFSM)

Prof^ª Dr^ª Claudia Cristina Wesendonck (UERGS)

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ser meu escudo e meu abrigo em todos os momentos de dificuldades.

Agradeço à minha família, em especial ao meu esposo, pelos momentos de consolo e de incentivo.

Agradeço ao meu orientador, pela paciência e pela dedicação em ensinar.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, em especial para Letícia, Priscila, Rafael, Michel e Alex, pelos momentos de troca de conhecimento e também de descontração.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Maria, pela oportunidade em crescer profissionalmente.

Por fim, agradeço ao meu filho, João Felipe que recém chegou neste mundo e já me tornou uma pessoa melhor.

Muito obrigada!

RESUMO

MUDANÇAS NOS NÍVEIS EDUCACIONAIS E NUTRICIONAIS NOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL: EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Autora: Katiane Fréu

Orientador: Reisoli Bender Filho

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda condicionada, criado em 2003, com o objetivo de mitigar a pobreza. Possui como premissa básica que os participantes, para receber o valor estabelecido, cumpram condicionalidades à saúde e educação. Todavia, os efeitos do programa sobre os indicadores de saúde e educacionais ainda são difusos. Essa discussão fundamentou o objetivo de analisar a influência do PBF nos indicadores de saúde e educação dos municípios do estado do Rio Grande do Sul, no período de 2008 a 2021. Metodologicamente foi empregado modelagem de dados em painel à estimação de três modelos, dois com indicadores de saúde (cobertura vacinal e estado nutricional de crianças eutróficas de 0 a 10 anos de idade beneficiárias) e um com educação (Índice de Desenvolvimento da Educação). Como resultados, os repasses do PBF apresentaram relação negativa com a cobertura vacinal e positiva com o estado nutricional de eutrofia em crianças. Quanto ao indicador de educação, os repasses do programa não foram suficientes para elevar os indicadores educacionais, inclusive com resultados contrários, enquanto que as condições econômicas são fundamentais para a melhoria dos índices de saúde e educação. Essas evidências permitem considerar que o PBF impactou de forma positiva a segurança alimentar das famílias beneficiárias, porém não promoveu melhora na vacinação e nem os indicadores educacionais, demonstrando que, apesar do PBF condicionar que as crianças frequentem a escola, esse condição não é suficiente para melhorar especificamente os índices educacionais. Portanto, conclui-se que, para melhorar as condições sociais e a efetividade do programa, a garantia dos direitos sociais básicos e o repasse financeiro não é suficiente, fazendo necessário considerar os fatores multidimensionais que assegurem as oferta de qualidade da infraestrutura de saúde e educacional, por meio de os investimentos e repasses, assim as políticas públicas voltadas para a população em estado de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Condicionalidades. Níveis educacionais e nutricionais. Municípios do Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

CHANGES IN EDUCATIONAL AND HEALTH LEVELS IN THE MUNICIPALITIES OF RIO GRANDE DO SUL: EFFECTS OF THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM

AUTHOR: Katiane Fréu

ADVISOR: Reisoli Bender Filho

Bolsa Família is a conditional income transfer program, created in 2003, with the aim of alleviating poverty. Its basic premise is that participants, in order to receive the established amount, comply with health and education conditions. However, the effects of the program on health and educational indicators are still diffuse. This discussion supported the objective of analyzing the influence of the program on health and education indicators in the municipalities of Rio Grande do Sul state, in the period from 2008 to 2021. Methodologically, panel data modeling was used to estimate three models, two with health indicators (vaccination coverage and nutritional status of eutrophic children aged 0 to 10 years old) and one with education (Education Development Index). As a result, the program transfers showed a negative relationship with vaccination coverage and a positive relationship with the nutritional status of eutrophy in children. As for the education indicator, the program's transfers were not sufficient to increase educational indicators, even with opposite results, while economic conditions are fundamental for improving health and education indices. This evidence allows us to consider that the program had a positive impact on the food security of beneficiary families, but it did not promote an improvement in vaccination or educational indicators, demonstrating that, although the program requires children to attend school, this condition is not enough to specifically improve educational indices. Therefore, it is concluded that, to improve social conditions and the effectiveness of the program, guaranteeing basic social rights and financial transfer is not enough, making it necessary to consider the multidimensional factors that ensure quality provision of health and educational infrastructure, through investments and transfers, as well as public policies aimed at the population in a stage of vulnerability.

Keywords: Conditionality. Educational and nutritional levels. Rio Grande do Sul municipalities.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	11
1.2 OBJETIVOS.....	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
1.3 JUSTIFICATIVA.....	14
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	17
2.1 VULNERABILIDADE SOCIAL E POBREZA.....	18
2.2 OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	21
3. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	26
3.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ASPECTOS TEÓRICOS E LEGAIS.....	26
3.2 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	27
4. A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICA.....	33
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	33
4.2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	35
5. METODOLOGIA.....	38
5.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	38
5.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA E CONSTRUÇÃO DE DADOS E VARIÁVEIS.....	39
5.3 MÉTODO DE ANÁLISE E MODELO APLICADO.....	42
5.4 AJUSTES NOS DADOS.....	46
6. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	48
6.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS RESULTADOS.....	48
6.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PBF À CONDICIONALIDADE DA SAÚDE.....	57
6.2.1 Resultados dos testes estacionariedade e correções dos modelos.....	57
6.2.2 Resultados para a análise do PBF na saúde.....	60
6.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PBF À CONDICIONALIDADE DO EDUCAÇÃO.....	65
6.3.1 Resultados dos testes estacionariedade e correções dos modelos.....	65
6.3.2 Resultados para a análise do PBF na educação.....	67
7. CONCLUSÕES.....	70
REFERÊNCIAS.....	72
APENDICE I - LISTA DE MUNICÍPIOS EXCLUÍDOS.....	90

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com altas taxas de pobreza e um dos mais desiguais do mundo, mesmo apresentando evoluções nas últimas décadas (CATTELAN, MELLO, BEZERRA, 2020). Neste processo, os programas de transferência de renda iniciados nos anos de 1990 foram fundamentais, tendo a finalidade de reduzir a desigualdade. Entretanto, em 2003 foi criado o Programa Bolsa Família (PBF) unificando os diversos programas já existentes (BRASIL, 2021). Estrella e Ribeiro (2008) descrevem o PBF como um dos mais ambiciosos programas de transferência de renda da América Latina, já Sperandio *et al.* (2017) e Silva e Paes (2019) afirmam ser um dos maiores do mundo.

Entretanto, para conceituar a pobreza deve-se compreender diversos fatores e suas relações dentro de cada situação, sendo sua percepção multidimensional a forma mais completa e representativa. Sen (1993, 1999 *apud* KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006) demonstra as limitações em utilizar a renda como indicador exclusivo de bem-estar ou de privação econômica, pois ao analisar o êxito econômico pela renda faz-se com que se perca de vista a melhoria do bem-estar social. Visto que, um país com uma renda per capita elevada e acesso restrito à serviços de saúde e educação pode produzir taxas maiores de mortalidade ou menor esperança de vida.

Isso leva ao entendimento de que para romper o ciclo da desigualdade social é necessário, além da renda, o acesso às condições básicas de bem-estar, dentre elas saúde e educação. Neste contexto, reduzir a desigualdade soa menos utópico do que acabar com a pobreza, logo concentram-se ações em proporcionar uma vida mais digna à quem vive à margem da sociedade (CATTELAN, MELLO, BEZERRA, 2020). Logo, para a superação desse problema social existem distintas respostas, como transformadores de mudanças essenciais para um desenvolvimento sustentável (FRAGA; FERREIRA; TEODÓSIO, 2020).

Neste contexto, o PBF define-se como instrumento, por meio das condicionalidades, à redução da pobreza ao reforçar o exercício dos direitos sociais nas áreas de saúde e educação. O programa possui três eixos elementares: a transferência de renda, as condicionalidades, e as ações e programas complementares (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2007; SANTOS *et al.*, 2014).

Por meio da transferência de renda pretende-se aliviar imediatamente os encargos da pobreza, já o eixo das condicionalidades direciona-se o beneficiário aos direitos sociais básicos: educação, saúde e assistência social. E, por último, as ações e programas complementares têm

por finalidade o desenvolvimento das famílias para que os beneficiários consigam ultrapassar a situação de vulnerabilidade (SANTOS *et al.*, 2014).

Um dos objetivos das condicionalidades é permitir que o poder público consiga mapear os principais problemas existentes nas famílias pobres, estejam eles relacionados à oferta dos serviços ou à dinâmica sociofamiliar, identificando as áreas e os casos de maior vulnerabilidade, e, desta forma, construir um diagnóstico social territorializado com base nas informações obtidas e nas situações identificadas (BRASIL, 2010).

Apesar das condicionalidades da saúde serem direcionadas para crianças menores de sete anos e gestantes, o foco principal é a família, sendo assim, as ações devem ser direcionadas e elaboradas para todo o grupo familiar e não para cada um de seus integrantes de forma isolada. Para realizar a gestão da saúde, o PBF segue os princípios organizativos do Sistema Único de Saúde (SUS): de forma descentralizada e compartilhada por União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Logo, superar as desigualdades sociais é um desafio no âmbito da saúde pública, e busca-se por meio do SUS promover a equidade no acesso aos serviços de saúde, sem perder a característica de ser universal e igualitário (CAMPELLO; NERI, 2013).

Estudos têm associado o PBF a redução da pobreza (SÁNCHEZ-ANCOCHEA, MATTEI, 2011; PAULI, FRAGA, VIEIRA, 2015) e a desigualdade de renda (PAULI, FRAGA, VIEIRA, 2015), além da contribuição em áreas importantes da saúde: melhora da cobertura vacinal (CATTELAN, MELLO, BEZERRA, 2020), redução da mortalidade infantil (SILVA, PAES, 2019; SHEI, 2013; CRUZ, MOURA, NETO, 2017; SILVA, PAES, SILVA, 2018; RASELA *et al.*, 2013; GUANAIS, 2014), aumento da segurança alimentar e nutricional (NERI, 2017; SANTOS *et al.*, 2020). Tais estudos apresentam evidências de que os programas de transferência de renda como o PBF aumentam o uso de serviços preventivos de saúde e, como consequência, melhoram os indicadores de saúde dos beneficiários.

Já as condicionalidades de educação do PBF possuem como finalidade garantir o acesso ao sistema educacional público, provocando a criação de vagas pelos municípios devido ao aumento da demanda, por meio do requerimento de matrícula e frequência dos beneficiários, além de identificar as vulnerabilidades. Com isso, objetiva-se a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza pela melhoria na vivência social dos beneficiários (SILVA, 2018).

Quanto a essa condicionalidade, os estudos demonstram que o PBF promoveu aumento no percentual de aprovações dos alunos do ensino médio (CATTELAN, MELLO, BEZERRA, 2020), o aumento na frequência escolar (CACCIAMALI, TATEI, BATISTA, 2010; PAULI,

FRAGA, VIEIRA, 2015), a redução nas taxas de analfabetismo (PAULI, FRAGA, VIEIRA, 2015; SILVA, PAES, 2019) e a redução da taxa de distorção idade-série (ARAÚJO, FRIO, ALVES, 2021).

Nessa mesma direção, Silva (2018) conclui que o PBF apresenta efeitos positivos sobre a frequência e o rendimento escolar, contudo, o desempenho das crianças beneficiárias é menor do que os de grupo controle, e ressalta que essa diferença é atenuada ao longo do tempo. As famílias carentes possuem restrições para investir em educação no presente, devido à limitação de recursos financeiros; desta forma, o repasse realizado juntamente com condicionalidades promoveria melhoria do acesso ao serviço.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Desde a colonização, o Brasil enfrenta problemas com a pobreza e a desigualdade social, os quais se agravaram com o surgimento da indústria e o avanço tecnológico (ARAÚJO, ALVES E BESARRIA, 2013). O tema pobreza e seus determinantes são subsídios para muitas pesquisas, a fim de encontrar uma maneira mais adequada de preparar políticas públicas com a finalidade de atenuar tal problema (SOUZA *et al.*, 2021).

No Brasil, a pobreza é determinada pela desigualdade na distribuição de renda e nas oportunidades de inclusão, tanto econômica quanto social (BARROS *et al.*, 2010). Souza *et al.* (2021) concluem que a pobreza possui um comportamento de persistência, tanto no meio urbano quanto no meio rural e que uma política pública de combate a pobreza terá mais resultados quando sua aplicação tiver maior duração. Barros *et al.* (2010) verificaram que houve uma queda na desigualdade de renda a partir de 2001, porém ela ainda continua elevada.

Fahel e Teles (2018) demonstraram que, a medida unidimensional de pobreza, focada apenas na renda, é insuficiente para as necessidades dos mais pobres, pois a pobreza possui várias dimensões, como saúde, educação, emprego, entre outras. Desta forma, a multidimensionalidade torna-se prioridade nas políticas sociais e traz um grande desafio: auxiliar na melhor escolha de ações para combater a pobreza.

Ainda, em países em desenvolvimento, a pobreza absoluta associa-se a altas taxas de mortalidade materna e infantil, água contaminada e falta de saneamento, proporcionando fome e desnutrição, dificultando a capacidade de trabalhar e prover renda, além disso pode

desencadear problemas irreversíveis, como a cegueira (pela deficiência de vitamina A) e desnutrição (por falta de proteínas) (MOONEY, KNOX, SCHACH, 2016).

Por outro lado, a redução da pobreza passa por políticas efetivas. Sobre isso, Heckman (2005) destaca que a interferência, no momento adequado, afeta as habilidades cognitivas e não cognitivas, e que a sociedade deve investir em crianças com desvantagem social, pois promovem escolaridade, aumento da qualidade da força de trabalho e a produtividade na escola, além de reduzir a criminalidade e a gravidez na adolescência.

Considerando essas situações, o Programa Bolsa Família cumpre papel importante, sobremaneira, por objetivar a superação geracional. Kern (2018) relata que as condicionalidades dos programas de transferência de renda estão entre os pontos mais importantes, sendo que há autores que defendem que essas elas são muito mais relevantes, inclusive, que a própria transferência de renda, pois buscam garantir o direito da criança à educação, rompendo o ciclo intergeracional da pobreza.

Maiores níveis de escolaridade entre gerações dos indivíduos em situação de vulnerabilidade estão atrelados a vários fatores, como escolaridade da mãe, raça e região (urbana ou rural). Tais fatores são decisivos na progressão escolar das próximas gerações (GUIMARÃES, 2010; LONGO, VIEIRA, 2017). Logo, a educação é uma condicionalidade ímpar para o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza, contudo, os desafios na educação ainda são enormes e ela está muito aquém de ter uma boa qualidade, apesar de verificar-se que o PBF teve impacto positivo sobre a matrícula escolar, caso da região Nordeste, promovendo um aumento de 16,52% da probabilidade das crianças beneficiárias se matriculem na escola quando comparados a crianças que não são beneficiárias (KERN, 2018). Outros estudos verificaram que o PBF exerce um efeito negativo sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), demonstrando que há interferência na qualidade do ensino (DUARTE, 2013; DENES, KOMATSU, MENEZES-FILHO, 2018).

O programa apresenta também condicionalidades que estão alinhadas com a saúde, exigindo-se a avaliação nutricional e a vacinação, especialmente das crianças. Os estudos tem demonstrado que o PBF está relacionado com a queda da Taxa de Mortalidade Infantil (SHEI, 2013; RASELA *et al.*, 2013; GUANAIS, 2014; CRUZ, MOURA, NETO, 2017; SILVA, PAES, SILVA, 2018; SILVA, PAES, 2019; SOUZA, HELLER, 2021), contudo há estudos que encontraram que os beneficiários do PBF estão com elevada insegurança alimentar (SANTOS, BERNARDINO, PEDRAZA, 2021), apresentam maiores chances de consumir guloseimas e

não houve melhora na qualidade da dieta (SALDIVA, SILVA, SALDIVA, 2010; OLIVEIRA *et al.*, 2011). Além disso, a alta prevalência de insegurança alimentar em beneficiários do PBF está associada à baixa escolaridade materna (SPERANDIO, PRIORE, 2015) e que há uma associação entre o estado nutricional materno e o da criança (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

Diversas crianças sofrem deficiências em nutrição, saúde, habilidade motora, desenvolvimento cognitivo, e desenvolvimento socioemocional. O que é vivenciado por elas em seu desenvolvimento infantil reflete diretamente no seu bem-estar futuro, sendo que os efeitos danosos do desenvolvimento inadequado afetam o desempenho escolar, o salário e a criminalidade (SCHADY, 2006).

Entende-se que ter uma condição de saúde adequada melhora a qualidade de vida de quem está em estado de vulnerabilidade, permitindo o desenvolvimento das atividades dentro da escola, logo tendo mais eficiência na aprendizagem. E assim, possuindo mais conhecimento estará apto a desenvolver futuramente funções que possam aumentar sua renda, culminando no rompimento do ciclo intergeracional da pobreza.

Logo, entender as relações entre educação, saúde e o PBF são fundamentais para promover ações que visam melhorar as condições de vida da população vulnerável. Tanaka e Tamaki (2012) relatam que a avaliação no processo de gestão é importante para obter conhecimento, o qual subsidiará a tomada de decisão, a fim de que haja aumento da eficiência, eficácia e efetividade das atividades desenvolvidas pelo serviço ou organização.

Silva e Nunes (2015) relatam a falta de estudos sobre o estado nutricional com pessoas que vivem na pobreza e extrema pobreza beneficiárias do PBF. Além disso, verifica-se que, grande parte desses trabalhos são realizadas nas regiões Norte e Nordeste, e não permitem trazer uma análise generalizada, contemplando as outras regiões do Brasil, as quais possuem características diferenciadas.

Esse é o caso da região Sul e, especificamente, do estado do Rio Grande do Sul. Lazaretti, Teixeira e Oliveira (2019) identificaram que cerca de 80% dos municípios do estado do Rio Grande do Sul possuem nível alto de vulnerabilidade à pobreza, a taxa de mortalidade infantil era de 10,62 em 2019, ocupando a 24ª posição no ranking nacional, perdendo apenas para o Paraná, Santa Catarina e Brasília. Já quanto ao indicador educacional do ensino básico, nos anos iniciais, em 2019, o estado ocupou a 9ª posição, e nos anos finais, a 13ª posição.

Esses resultados corroboram que não se pode dimensionar a pobreza apenas pela falta de renda, mas é necessário estudá-la de forma mais ampla, para então buscar formas de romper

o ciclo da pobreza e vulnerabilidade social. Essa discussão associada ao Programa Bolsa Família fundamentou a problemática do estudo: Qual a relação do Programa Bolsa Família com a evolução dos indicadores de saúde e educação das famílias beneficiárias nos municípios do estado do Rio Grande do Sul?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a influência do Programa Bolsa Família nos indicadores de saúde e educação das famílias beneficiárias dos municípios do estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2008 e 2021.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) contextualizar o programa PBF quanto aos aspectos legais e estruturais;
- b) examinar a evolução dos repasses do PBF para os municípios do estado do Rio Grande do Sul;
- c) avaliar os efeitos das condicionalidades do PBF na evolução dos indicadores de saúde e educação do estado, e;
- d) discutir alternativas e ações para aumentar a efetividade do PBF sobre as condições de saúde e educação para os municípios do estado do Rio Grande do Sul.

1.3 JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal de 1988 estabelece que o estado brasileiro é o responsável pela melhoria da qualidade de vida da população, e assim, desenvolveram-se programas de amparo à saúde e programas de transferência de renda com intuito de combater a pobreza e reduzir as desigualdades sociais (CORREA, TREVISAN e MELLO, 2019). No entanto, o Brasil ainda possui um nível elevado de pessoas na linha de pobreza, que é característica de países em desenvolvimento. Logo, eliminar ou amenizar esses problemas é de suma importância para o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Ancochea e Mattei (2011) defendem que as pesquisas futuras precisam ir além das discussões sobre os efeitos de curto prazo do PBF e devem considerar a forma como essa política se sobressai frente aos regimes de políticas sociais, investigando se os programas de transferência de renda estão consolidando os sistemas sociais e expandindo os serviços universais.

Já Silva (2018) sugere que os efeitos do PBF em educação devem ser analisados a partir dos diferentes contextos do programa, diferentes contextos educacionais e familiares, em pequenas e grandes cidades, ambientes urbanos e rurais e diferentes ambientes econômicos, pois um país com tanta complexidade como o Brasil deve ser analisado de diferentes formas.

Na mesma linha, Hespanha (2008) destaca a necessidade de as políticas públicas considerarem a inserção no mercado de trabalho, como também desenvolver ações relacionadas ao emprego que auxiliem na sobrevivência dos indivíduos não contemplados por essas políticas. Experiências portuguesas tiveram sucesso quando ofereceram capacitações e estimularam a empregabilidade, fazendo com que os beneficiários tivessem acesso ao mercado de trabalho.

Considerando essas questões e a lacuna ainda presente quanto aos efeitos e os resultados das condicionalidades na dinâmica da pobreza, o estudo busca contribuir ao gerar evidências empíricas e ampliar o debate quanto a contribuição positiva, ou não, do PBF, à melhoria dos indicadores de saúde e educação e; desta forma, aprimorar políticas públicas ligadas à transferência de renda para a população em vulnerabilidade social.

Fiszbein, Schady e Ferreira (2009) ressaltam que há muitos estudos que, ao avaliar o impacto dos programas de transferência de renda, constataram que há diminuição na desigualdade de renda e na pobreza, contudo há poucos estudos que trazem os resultados finais sobre educação e saúde. Sendo que é fato que os programas de transferência de renda aumentam a probabilidade de uma família levar seu filho para fazer vacinas, mas não garante um melhor estado nutricional, e o mesmo acontece na educação, dado que não pode-se inferir que o aumento na taxa de matrículas, aumentará o aprendizado. Logo, tais programas devem ser combinados com outros programas que maximizem os resultados.

Araújo, Frio e Alves (2021) corroboram, demonstrando que é necessário existir uma intencionalidade de caráter coletivo dentro de uma política pública, tendo um problema relevante ao coletivo como ponto fundamental. Logo, determina-se como importante o desenvolvimento de estudos que avaliem políticas públicas e que mapeiem as variáveis

explicativas para o desempenho dessas políticas, diminuindo incertezas quanto à equidade, a transparência e a eficiência nos recursos alocados em políticas públicas.

Ademais, faz-se necessário cada vez mais ferramentas que apoiem as decisões e direcionamentos que são praticados pelos gestores públicos, os quais evidenciam a correção da tomada de decisão a partir de dados e informações mais próximas das ações. Sendo que avaliar uma política pública tem sido definida como uma ferramenta que apoia a viabilidade de um programa e/ou uma ação, a qual garante ao gestor público uma segurança que sua ação poderá trazer resultados satisfatórios (SANTOS *et al.*, 2018).

Também, conforme Carneiro (2013), é importante entender que há uma evolução em uma política pública e que exige o aperfeiçoamento de todos os processos e conceitos aplicados no momento de sua implementação. Ao utilizar indicadores verifica-se que não basta implementar uma política, é necessário que ela seja efetiva.

Quanto a área de estudo, a análise do PBF no estado do Rio Grande do Sul destaca-se no aspecto temporal, por estudar desde o período de sua implementação até o momento de seu término, e no aspecto espacial, por estudar especificamente os municípios do referido estado. Ressalta-se que, grande parte dos estudos analisam o programa, em um curto espaço de tempo, e poucos focam em específico no estado. Logo, conquanto o programa seja de âmbito nacional, deve-se considerar as diferenças socioeconômicas e estruturais existentes no Brasil, as quais são importantes para o desenvolvimento de ações e, por conseguinte, resultados mais efetivos.

Alguns estudos analisaram o PBF em regiões do Rio Grande do Sul, caso de Munaretto *et al.* (2018), que verificou que, dos 43 municípios analisados, 12 apresentaram percentuais de dependência do PBF acima da média do Brasil de 20,78%, e 37 apresentam dependência acima da média do estado, de 8,35% da população. Já, Fréu, Wesendonck e Munaretto (2019) verificaram que os repasses do PBF possuem relações positivas com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) em um dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE) avaliados.

Outro estudo demonstra que o processo de eficiência da gestão do PBF no desenvolvimento regional possui divergência em diferentes estados, sendo que as regiões Sul e Sudeste apresentam melhor eficiência no desenvolvimento do programa, enquanto que a Nordeste apresentou o processo menos eficiente (PINTO, CORONEL, BENDER FILHO, 2015). Ribeiro *et al.* (2021), em análise similar, encontrou que os municípios do Rio Grande do Sul que estão a mais tempo expostos ao Programa Infância Melhor (PIM) e que possuem alta

cobertura do PBF conseguiram reduções significativas nas taxas de mortalidade de menores de 1 ano e de 1 a 4 anos por causas externas.

A partir dessa discussão, verifica-se que, conquanto os estudos sejam contínuos, há espaço e necessidade do desenvolvimento de informações que permitam (i) ampliar os resultados e possibilitar uma avaliação mais objetiva dos resultados da política pública e (ii) subsidiar os gestores públicos em suas decisões e planejamento.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho estrutura-se em seis capítulos. No primeiro, introduz-se o tema do trabalho e a problemática do estudo, ressaltando-se os objetivos e a justificativa para a sua realização. No segundo, apresentam-se os conceitos, aspectos legais, evolução histórica sobre os programas de transferência de renda. No terceiro abordar-se o Programa Bolsa Família, descrevendo seus aspectos teóricos e legais e também as evidências empíricas. No quarto apresenta-se a importância da avaliação de políticas públicas e qual a contribuição deste tipo de levantamento. No quinto são descritos os aspectos metodológicos, delineando o tipo de pesquisa, as variáveis e os modelos aplicados. No sexto são desenvolvidas as análises dos resultados, sendo que este foi subdividido em análise descritiva, análise da condicionalidade saúde e da educação. O último é o sétimo delinea as conclusões do estudo.

2. OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Este capítulo tem como objetivo contextualizar os programas de transferência de renda no mundo e no Brasil e qual a importância dos mesmos para a sociedade. Para tanto, este capítulo está estruturado em duas seções, sendo que na primeira abordam-se as questões de vulnerabilidade social e pobreza e posteriormente aprofunda-se a discussão sobre os programas de transferência de renda.

2.1 VULNERABILIDADE SOCIAL E POBREZA

A existência de um problema social é uma condição social que é considerada alarmante por parte da sociedade, e entende-se que tal situação deve ser modificada para que não prejudique a sociedade como um todo. Ao longo da história verifica-se que os problemas sociais variam dentro da sociedade, como por exemplo, antes do século XIX, a imposição matrimonial era direito do marido, logo podia-se disciplinar sua esposa por meio da força física. Porém hoje, o uso da força sobre as mulheres se tornou um problema social (MOONEY; KNOX; SCHACHT, 2016).

Nos últimos 15 anos tem se enfatizado o estudo da pobreza e sua relação com o crescimento econômico. Sendo que muitos evidenciaram o papel alocativo e distributivo dos recursos na promoção do desenvolvimento humano, onde o crescimento não é mais uma condição necessária e suficiente para promover o bem-estar como entendido em outras épocas. Portanto, há muitas variáveis que influenciam a conversão do crescimento econômico em bem-estar social e redução da pobreza (TOCHETTO *et al.*, 2004).

Pereira (2008) relata que a aparição do Estado de Bem-Estar possui relação direta com o desenvolvimento do capitalismo rumo à industrialização no século XIX. E que sua constituição decorre de conflitos de interesses e de constante relação entre Estado e sociedade:

Surge, assim, no bojo da chamada Revolução Industrial, um processo irresistível, tanto na sua progressão quanto na sua tendência desigual de apropriação da riqueza acumulada pelas classes em ascensão. Não admira, pois, que, em plena afluência, enquanto a burguesia mergulhava na fartura, o proletariado conhecia a alienação do trabalho e o pauperismo. Para muitos, foi nesse período — quando a burguesia se afirmou como classe dominante e o proletariado tomou consciência de sua própria classe — que surgiu a chamada questão social, perante a qual o Estado teve que fazer mediação legal e política. (PEREIRA, p. 32, 2008)

Bauman (2013) infere que o crescimento econômico não se traduz em crescimento de igualdade, pelo contrário: é um dos principais fatores de enriquecimento dos ricos e de crescente pauperização dos pobres. Ainda, acrescenta que os esforços para reduzir o hiato tornaram-se muitíssimo ineficientes no que tange à disparidade da diferenciação entre fortuna e miséria, sendo que os governos em vão buscam remédios locais para privações de misérias que são mundialmente produzidas.

A crescente desigualdade de classes mesmo com a interferência do Estado nas classes mais pobres permite que seja questionado e discutido o que mais é necessário para que estas disparidades gritantes sejam amenizadas. É neste sentido que Sen (2012) defende que a concepção de pobreza como uma deficiência de capacidades básicas para alcançar certos níveis minimamente aceitáveis. Ressalta que o conceito de pobreza ligado à privação causada por problemas econômicos já é bem aceito, logo a questão de “baixa renda” necessita de complementação. Em seu discurso traz como um ponto muito importante que a questão econômica deve ter ligação direta com a capacidade de realizar funcionamentos, sendo assim “a adequação da renda para evitar a pobreza varia parametricamente com as características pessoais e as circunstâncias” (SEN, p. 174, 2013).

Quando constante e insidiosa, a pobreza resulta em um processo de invalidação social, desqualificação e dissociação, marcado pela incerteza e pela infelicidade (SESC, 2016). A pobreza gera a fome, que gera a desnutrição, a dificuldade de aprendizagem, o déficit de estatura, a má formação, entre outras mazelas sociais e de saúde pública, podendo incidir na morte. Portanto, a pobreza configura-se como a outra face do desenvolvimento capitalista. Sendo que o aumento ou diminuição dessa está atrelada às intervenções que o estado promove no bem-estar e na ampliação de mercados (SANTOS, 2007).

Sobre isso, Sen (2000) destaca que serviços oferecidos pelo estado, como saúde e educação, são extremamente importante no combate à pobreza, pois estes dois fatores aumentam o potencial de uma pessoa auferir renda, logo sair da pobreza medida pela renda. O autor ressalta que: “Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria.” (SEN, 2000)

Myrdal (1997) também destaca que o estado possui um papel muito importante para combater a pobreza ao desenvolver ações com a intenção de promover o crescimento econômico com integração nacional o círculo vicioso da pobreza poderia ser interrompido.

Ainda, o estado deve promover o desenvolvimento regional, caso contrário, o país será deixado à força do mercado culminando na ampliação de desigualdades regionais.

O autor complementa, a pobreza faz com que as pessoas sejam mais propensas a estarem doentes, logo promovendo a queda da produtividade no trabalho, agravando o quadro da vulnerabilidade. Desta forma, é necessária a intervenção estatal para elevar o desenvolvimento econômico e reduzir os indicadores de mortalidade. Tais medidas fariam com que o indivíduo pudesse ter um maior poder de compra, ampliando sua capacidade para o trabalho, promovendo maiores salários, por fim resultando na ascensão destes indivíduos.

Na emergência desse problema, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu 17 objetivos e 169 metas de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que contemplam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas globalmente, e que deverão ser atingidos até 2030, onde o primeiro objetivo é erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares (UNICEF, 2021).

Atualmente, conforme Organização das Nações Unidas, existem 783 milhões de pessoas que vivem abaixo do Limiar Internacional da Pobreza, que é de U\$1,90 dólares por dia (ONU, 2021). O informe do Banco Mundial trouxe que, em 2020, a extrema pobreza global cresceu pela primeira vez em mais de duas décadas (ONU – NEWS, 25 de julho. 2021). Além disso, até 2021, a Covid-19 e a recessão global podem fazer com que até 150 milhões de pessoas caiam na pobreza extrema, o que representa cerca de 1,4% da população mundial (FAO, 2021).

Entretanto, essas políticas têm buscado minimizar um problema que origina-se no próprio desenvolvimento de sociedades e suas relações, com uma crescente desigualdade social e pobreza. Logo, a pobreza é um fenômeno que acontece há séculos, sendo que a concentração populacional em grandes cidades, a globalização e a industrialização acentuaram este problema (RUSSO, TRINTIN, 2012; CATELLAN, MELLO, BEZERA, 2020).

No Brasil, a pobreza passou por transformações, de um padrão rural para um padrão urbano ao longo das décadas, onde a população que vivia em regime de escravidão e vivia na economia agrícola se transferiu para os centros urbanos, passando a viver em condições precárias nas diversas dimensões da pobreza (JR, FILHO, NUSDEO, 2015). Por volta de 1940, com o processo do fim da era do café, aumento da imigração, principalmente de europeus, e início da industrialização brasileira, necessitou-se de mais mão de obra operária, contudo

surgiram outros problemas como o crescimento populacional que aumentou a pobreza e o rebaixamento das condições de vida (FAUSTO, 2016).

A partir disso, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades tem sido metas dificilmente alcançáveis dentro de um prazo razoável, fazendo necessário a implementação de mecanismo de redistribuição da renda. Logo, conforme discute Soares *et al.* (2006), os programas de transferência de renda de natureza não-contributiva são instrumentos de adoção desse tipo de mecanismo.

2.2 OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Os programas de transferência classificam-se como condicionados e não condicionados. Os primeiros surgiram como forma de aliviar a pobreza e romper o seu ciclo intergeracional. No entanto, para que a transferência ocorra é necessário que as famílias cumpram determinadas condições impostas dentro do programa estabelecido, geralmente essas condicionalidades estão vinculadas à educação e saúde, onde o público-alvo são crianças e jovens (AZEVEDO; NOGALES, 2015).

Já os segundos não estabelecem condições recorrentes para acesso ao programa, apenas estabelecem alguns critérios, como é o caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no Brasil, que garante o pagamento de um salário-mínimo por mês para o idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade (BRASIL, 2022).

Silva (2017) relata que a temática das políticas de transferência de renda está na origem do capitalismo industrial, sendo que essa foi retomada pelos países que foram centro do capitalismo no século XX durante a expansão do Estado de bem-estar social, ocorrendo a implementação de programas desse tipo na Dinamarca, Reino Unido e Alemanha. Posteriormente, com a crise do capitalismo da década de 1970, houve a criação do emblemático Renda Mínima de Inserção (RMI) Francês.

O RMI (*Revenu Minimum d'Insertion*), criado em 1988, na França, tinha como objetivo incentivar a inserção profissional, a partir da transferência de renda para maiores de 25 anos, ou para menores de idade, desde que houvesse um responsável. Caso a família tivesse renda menor do que o teto previamente definido ela receberia seu complemento. O programa era oferecido, a princípio, por três meses, podendo ser renovado se não houver mudança de situação (BOYADJIAN, 2009).

Na América Latina, um dos primeiros programas implementado foi o Progres, em 1997, no México. A partir de 2010, todos os países da América Latina e mais 15 países na Ásia e na África tinham um programa de transferência de renda condicionada (FISZBEIN; SCHADY; FERREIRA, 2009).

No Brasil verificou-se um crescimento econômico, em 1970, de 129% juntamente com um significativo aumento da desigualdade social, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1980 a desigualdade social agravou-se quando houve a hiperinflação, baixo crescimento da economia; contudo, no final da década de 1990, políticas públicas de teor “compensatório” começam a reverter a situação da extrema desigualdade (CORREA, TREVISAN, MELLO, 2019).

A busca em reduzir as mazelas da desigualdade social possui uma realidade mais plausível do que acabar com a pobreza, de modo que os esforços têm sido em dar condições de vida para o público que vive em condições precárias. A desigualdade social é quebrada quando há acesso a condições básicas de bem-estar, sendo saúde e educação a prioridade (CATELLAN, MELLO, BEZERA, 2020).

Porém, foi a partir da Constituição Federal de 1988, que o estado brasileiro passou a promover a qualidade de vida à população, com a implantação de programas de amparo à saúde, como o Sistema Único de Saúde (SUS), e políticas sociais baseadas em direitos sociais, levando à mudança radical da visão tradicional de assistência social e à implementação de vários programas sociais inovadores com a finalidade de combater a pobreza (CORREA, TREVISAN, MELLO, 2019; FAHEL; TELES, 2018).

Campello e Neri (2013) discutem que os programas sociais que possuem como base a transferência de renda são eficazes no combate à pobreza e à desigualdade, pois contribuem para o acesso à educação e à saúde pela população, incentivam a qualificação profissional, promovendo melhor acesso ao mercado de trabalho. Desta forma, unindo o crescimento econômico e outros fatores, como aumento real do salário mínimo, esses programas tornam-se essenciais no combate à pobreza extrema.

Buscando estruturar a evolução dos programas sociais, o Quadro 1 apresenta um breve histórico dos programas de transferência de renda já criados no Brasil, bem como traz seus objetivos, legislações que regulamentavam e público-alvo.

Quadro 1 – Programas de transferência de renda no Brasil segundo finalidade, benefício, ano de criação e legislação

(continua)

Programa	Finalidade	Benefício	Ano de criação	Legislação
Renda Mensal Vitalícia (RMV)	Assegurar às pessoas com 70 anos ou mais e às pessoas com invalidez o benefício à renda mensal vitalícia instituída pela Lei 6.179/74.	1 salário mínimo mensal.	1974	Lei n.º 6.179, de 11/12/1974; Lei n.º 8.742, de 7/12/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS).
Benefício por Prestação Continuada (BPC)	Assegurar renda mensal à pessoa idosa com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência incapacitada para o trabalho e para a vida independente que não possua meios de prover sua manutenção nem tê-la provida por sua família, de modo a ampliar a cidadania dessas pessoas.	1 salário mínimo mensal.	1996	Arts. 203 e 204 da CF/88; Art. 20 da Lei n.º 8.742, de 7/12/1993; Art. 34 da Lei n.º 10.741, 1/10/2003; Resolução CNAS n.º 130, de 15/07/2005; Resolução CNAS n.º 145, de 15/10/2004.
Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	Retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos.	Famílias na área urbana: R\$ 40,00 mensal por criança/adolescente Famílias na área rural: R\$ 25,00 mensal por crianças/adolescente.	1997	Arts. 203 e 204, CF/88; Lei n.º 8.742, de 7/12/1993; Lei n.º 8069, de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e Adolescente). Portaria n.º 458, de 4/10/2001; Portaria n.º 666, de 28/12/05 (Integração PETI/ Bolsa Família)
Agente Jovem	Resgatar jovens em situação de risco social, objetivando sua reinserção no sistema educacional e sua iniciação no mercado de trabalho e favorecendo a transformação social de sua comunidade	Benefício mensal de R\$ 65,00.	2001	Arts. 203 e 204, CF/88; Lei n.º 8.742, de 7/12/1993; Portaria n.º 879, de 3/12/2001.
Bolsa Escola (BES)	Garantir renda mínima a famílias carentes que tenham filhos entre seis e quinze anos matriculados e freqüentando o ensino fundamental, contribuindo para a redução da repetência e da evasão escolar.	Benefício mensal de R\$ 15,00 por cada criança/adolescente, limitado a três benefícios por família (R\$ 45,00).	2001	Art. 227 e Emenda Constitucional 31, de 13/12/2000 da CF/88; Lei n.º 8069, de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e Adolescente); Lei 10.219, de 12/04/2001; Decreto n.º 38, de 28/05/2001

Quadro 1 – Programas de transferência de renda no Brasil segundo finalidade, benefício, ano de criação e legislação

(conclusão)

Bolsa Alimentação (BAL)	Combater a desnutrição e promover as condições de saúde de crianças, gestantes e nutrizes.	Benefício mensal de R\$ 15,00 por cada criança, limitado a três benefícios por família (R\$ 45,00).	2001	Medida Provisória n.º 2.206, de 10/08/2001; Portaria n.º 1.770, de 20/09/2001; Decreto n.º 3.934, de 20/09/2001.
Auxílio Gás	Subsidiar o preço do gás liquefeito de petróleo - GLP (gás de cozinha) às famílias de baixa renda.	Benefício de R\$ 15,00 a cada dois meses para a família.	2002	Lei n.º 10.453, de 13/05/2002; Decreto n.º 4.102, de 24/01/2002; Decreto n.º 6.392, de 12/03/2008.
Programa Cartão Alimentação (PCA)	Fornecimento de recursos financeiros que devem ser utilizados na compra de alimentos, visando melhoria na qualidade de vida da comunidade.	Benefício de R\$ 50,00 mensal pago à família.	2003	Lei n.º 10.689, de 13/6/2003; Decreto n.º 4.675, de 16/04/2003.
Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	Retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos.	Famílias na área urbana: R\$ 40,00 mensal por criança/adolescente Famílias na área rural: R\$ 25,00 mensal por crianças/adolescente.	1997	Arts. 203 e 204, CF/88; Lei n.º 8.742, de 7/12/1993; Lei n.º 8069, de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e Adolescente). Portaria n.º 458, de 4/10/2001; Portaria n.º 666, de 28/12/05 (Integração PETI/ Bolsa Família)
Bolsa Família (PBF)	Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e extremamente pobres por meio de transferência direta de renda	Benefício mensal básico de R\$ 58,00 e variáveis de R\$ 18,00, limitado a três benefícios por família*.	2003	Lei n.º 10.836, de 9/1/2004 Decreto n.º 5.209, de 17/09/2004; Decreto n.º 6.135, de 26/06/2007 Decreto n.º 6.157, de 16/07/2007; Decreto n.º 5.749, de 11/04/2006.

Fonte: BRASIL, p. 8-10, 2008.

*Destaca-se que este valor é inicial e que houveram ajustes ao longo dos anos

Observa-se que o Programa de Renda Mensal Vitalícia (RMV), que foi extinto em 1996, antecedeu o Benefício de Prestação Continuada (BPC), contudo os benefícios já auferidos foram mantidos com base no direito adquirido (BRASIL, 2008). O BPC está vigente até hoje, sendo que para receber o benefício, idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência deverão ter a renda familiar per capita deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo,

apesar de ser um programa com características de transferência de renda, o mesmo se difere por não apresentar condicionalidades.

Nesse mesmo ano, iniciou-se o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) que visava combater o trabalho infantil em carvoarias da região de Três Lagoas, no Estado do Mato Grosso do Sul, posteriormente sendo foi ampliado para todo o território nacional (BRASIL, 2022). Mais recentemente, em 2005, o programa foi integrado ao PBF, a partir da Portaria n.º 666 que trouxe mudanças significativas para o aprimoramento da gestão da transferência de renda (BRASIL, 2008).

Já o programa Agente Jovem se concentra na família, a fim de possibilitar a inclusão na vida sócio comunitária e o protagonismo juvenil (MEDEIROS, 2006). O Bolsa-Alimentação (BAL) foi criado no ano de 2001 e buscava atender as famílias vulneráveis com crianças e gestantes, por meio de ações que proporcionam reforço na alimentação, além disso o programa buscava tornar as famílias mais conscientes de suas responsabilidades na melhoria de suas condições nutricionais por meio da participação em ações básicas de saúde (BRASIL, 2002).

Criado também em 2001, o Programa Bolsa-Escola (BES) possuía como objetivos centrais aumentar a escolaridade e reduzir a pobreza a curto e longo prazos, reduzir a incidência de trabalho infantil e atuar como uma seguridade (FERRO, 2003). Nesse ano também foi criado o auxílio-gás, como uma medida compensatória para o fim do subsídio ao gás de cozinha. E o Programa Cartão Alimentação (PCA), tinha como meta principal combater a insegurança alimentar, enquanto ações fossem implementadas para assegurar que as famílias sofressem devido à fome (BRASIL, 2008).

Esses programas foram pioneiros dentro da esfera federal no combate à desigualdade social e possuíam como metas reduzir à fome, promover o acesso aos serviços assistenciais para garantir uma vida mais digna às pessoas em situação de vulnerabilidade. Com a criação do Bolsa Família (PBF) houve a unificação dos remanescentes (BES, BAL, Auxílio-Gás e PCA), iniciado em outubro de 2003, resultando no fim da concessão de novos benefícios desses programas (BRASIL, 2008).

No próximo capítulo é aprofundada a discussão sobre o Programa Bolsa Família, o qual se consolidou como um grande programa social, trazendo reflexões dentro da esfera da gestão pública no combate à pobreza.

3. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Neste capítulo é apresentado o Programa Bolsa Família em seus aspectos legais, estruturais e históricos (3.1) seguido de uma revisão acerca dos estudos e debates sobre esse programa (3.2).

3.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ASPECTOS TEÓRICOS E LEGAIS

O Programa Bolsa Família (PBF) resultou da unificação de programas já existentes no Governo Federal, sendo esses o Bolsa Escola (criado em 2001), o Cadastro Único do Governo Federal (2001), o Bolsa Alimentação (2001), o Auxílio-Gás (2002) e o Fome-Zero (2003) (FILHO, 2016; LEITE, PERES, 2015; ARAÚJO, FRIO, ALVES, 2021). Considerado um dos mais ambiciosos programas de transferência de renda na América Latina, pois combate diretamente a pobreza e também a transmissão dessa entre gerações de famílias, o que é chamado de “ciclo intergeracional da pobreza” (ESTRELLA, RIBEIRO, 2008). Contribuindo assim para a inclusão social de famílias pobres e extremamente pobres (SILVA, 2007). Além disso, buscava estimular o atendimento do público-alvo pelos serviços de saúde e ajudar a superar os baixos indicadores educacionais e nutricionais (CAMPELLO; NERI, 2013).

O PBF, um dos maiores programas de transferência monetária de renda globalmente, foi criado pela Medida Provisória n.º 132, em outubro de 2003, sendo transformado na Lei Federal n.º 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto n.º 5.209, de 17 de setembro de 2004 (BRASIL, 2021; SPERANDIO *et al.*, 2017). No desenvolvimento histórico dos programas de transferência de renda, o Bolsa Família pode ser considerado a expressão atual do processo, conforme enfatizam Silva (2007) e Testa *et al.* (2013).

O Decreto n.º 5209/2004, em seu artigo 4º, traz como objetivos básicos do programa: I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; IV - combater a pobreza, e; V - promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público (BRASIL, 2004).

O PBF atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza, sendo que há um limite de renda para participar do programa que está definido em: 1) Todas as famílias com renda por pessoa de até R\$89,00 mensais e 2) Famílias com renda por pessoa

entre R\$89,01 e R\$178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos (BRASIL, 2021). No entanto, o valor pago às famílias pode variar, pois o PBF é a soma de vários tipos de benefícios previstos, de acordo com a composição familiar (BRASIL, 2021).

Ainda, o Decreto n.º 5.209/2004, em seu Art. 27 traz como condicionalidades a participação efetiva das famílias na educação e na saúde (BRASIL, 2004). Deste modo, a transferência de renda condicionada gera um compromisso da família e do poder público, pois essas devem ser cumpridas para que a família permaneça no programa (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

Segundo o Ministério da Cidadania (2020), as condicionalidades impostas são: na área de educação: frequência escolar mensal mínima de 85% para beneficiários de 6 a 15 anos e de 75% para os adolescentes que recebem o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) e; na área de saúde: vacinação e acompanhamento nutricional (peso e altura) de crianças menores de 7 anos e pré-natal de gestantes.

As condicionalidades impostas vem ao encontro dos objetivos básicos I e II do PBF, pois contribuem de forma significativa e positiva para que o poder público consiga acompanhar os beneficiários, a fim de incluí-los socialmente e oportunizando melhores condições de vida. De outra maneira, o não cumprimento gera efeitos gradativos para as famílias, inicia-se pela advertência, seguido pelo bloqueio, suspensão, podendo chegar ao cancelamento. Contudo, é importante identificar as famílias que estão em descumprimento de condicionalidades para que se realize um acompanhamento com a finalidade de resolver os problemas que geraram o descumprimento (PAULI, FRAGA, VIEIRA, 2015).

Ademais, as condicionalidades permitem que o poder público consiga mapear os principais problemas existentes nas famílias pobres, identificando os casos de maior vulnerabilidade (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020). Testa *et al.* (2013) ressaltam que, espera-se que os beneficiários, ao melhorarem a condição de vida, deixem de necessitar do benefício, porém, isso configura-se como uma meta de longo prazo e carece de políticas, programas e projetos que façam com que as famílias cheguem às “portas de saída”. E, Pauli, Fraga e Veira (2015) demonstram que os repasses de valores junto com as condições impostas são de grande importância, pois a combinação de ambos aumenta a capacidade do país combater a pobreza e as desigualdades sociais.

3.2 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família é um programa com grande visibilidade devido suas condicionalidades e os repasses financeiros. Desta forma, os estudos têm importância para gerar informações e avaliá-lo. Neste sentido, para a uma análise mais ampla das evidências, realizou-se uma pesquisa nas principais bases de pesquisas e combinou-se termos alinhados ao tema como “indicadores sociais”, “saúde”, “educação”, “IDEB”, “taxa de mortalidade infantil” com o termo “bolsa família”. A partir desta busca, eliminou-se os artigos repetidos e os que não possuíam alinhamento com o tema de pesquisa, restando os artigos apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Resumo das publicações sobre o PBF

(continua)

Título	Autores	Método	Ano
SOCIAL POLICY AS REGIONAL POLICY: MARKET AND NONMARKET FACTORS DETERMINING REGIONAL INEQUALITY	Silveira-Neto, Raul M.; Azzoni, Carlos R.	análise estatística de 1995 à 2006.	2012
Brazil's Conditional Cash Transfer Program Associated With Declines In Infant Mortality Rates	Shei, Amie	Avalia todos os municípios brasileiros de 1998 a 2008.	2013
Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: a nationwide analysis of Brazilian municipalities	Rasella, Davide; Aquino, Rosana; Santos, Carlos A. T.; Paes-Sousa, Romulo; Barreto, Mauricio L.	Avaliou todos os municípios brasileiros de 2004 à 2009; Por meio de análises de regressão multivariável de dados em painel	2013
O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível	Duarte, Natalia de Souza	Investiga por meio de análise de regressão multinível todos os municípios brasileiros no ano de 2009	2013
O impacto dos gastos sociais sobre os indicadores de desigualdade e pobreza nos estados brasileiros no período de 2004 a 2009	Araujo, Jevuks Matheus de; Alves, Janielle do Amaral; Besarria, Cássio da Nóbrega	Estudo realizado através da da técnica econométrica de dados em painel com efeitos fixos, entre 2004 a 2009, em todos os estados brasileiros	2013
The Combined Effects of the Expansion of Primary Health Care and Conditional Cash Transfers on Infant Mortality in Brazil, 1998-2010	Guanais, Frederico C.	Estudo utiliza a análise de dados em painel de 4.583 municípios brasileiros de 1998 a 2010.	2014
Prevalence of household food insecurity and associated factors among Bolsa Familia Program families with preschool children in Vicosa, Minas Gerais State, Brazil	Sperandio, Naiara; Priore, Silvia Eloiza	Estudo transversal com crianças de 2 a 6 anos em 2011, na cidade de Viçosa/MG, com questionário estruturado e Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.	2015

Quadro 2 – Resumo das publicações sobre o PBF

(continuação)

Título	Autores	Método	Ano
Conditional cash transfer programs and the health and nutrition of Latin American children	Segura-Perez, Sofia; Grajeda, Ruben; Perez-Escamilla, Rafael	Estudo realizou uma revisão sistemática de literatura.	2016
Conditional cash transfers and the creation of equal opportunities of health for children in low and middle-income countries: a literature review	Cruz, Rebeca Carmo de Souza; Moura, Leides Barroso Azevedo de; Neto, Joaquim Jose Soares	Estudo realizou uma revisão sistemática de literatura.	2017
Efeitos dos programas governamentais e da fecundidade sobre a mortalidade infantil do Semiárido brasileiro	Silva, Everlane Suane de Araújo da, Paes, Neir Antunes, Silva, Cesar Cavalcanti da	O estudo aplicado o modelo de regressão linear multivariado de dados em painel com efeitos fixos, no período de 2005 a 2010 em municípios do Semiárido brasileiro.	2018
Programas de Transferência de Renda com Condições: Brasil e México em perspectiva comparada	Moraes, Verena Duarte de; Pitthan, Rachel Guimarães Vieira; Machado, Cristiani Vieira	O estudo utilizou as seguintes técnicas de pesquisa: revisão bibliográfica, análise documental, análise de dados secundários e entrevistas semiestruturadas.	2018
Uma Avaliação dos Impactos Macroeconômicos e Sociais de Programas de Transferência de Renda nos Municípios Brasileiros	Denes, Guilherme; Komatsu, Bruno Kawaoka; Menezes-Filho, Naercio	Para este estudo foi estimado um painel de todos os municípios brasileiro entre 2004 e 2010 controlado tanto por efeitos fixos como por tendências específicas para cada município.	2018
Bolsa Familia Programme and the reduction of child mortality in the municipalities of the Brazilian semiarid region	Silva, Everlane Suanede Araujo da; Paes, Neir Antunes	O estudo aplicado o modelo de regressão linear multivariado de dados em painel com efeitos fixos, no período de 2004 a 2010 em 1.133 municípios do Semiárido brasileiro.	2019
Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática.	Santos, Mariana Cristina Silva; Delatorre, Lucas Rocha; Ceccato, Maria das Gracas Braga; Bonolo, Palmira de Fatima	Estudo realizou uma revisão sistemática nas bases Medline, Lilacs, EBSCO, Econstor, Science Direct e Web of Knowledge.	2019
RATIO OF GROSS DOMESTIC PRODUCT, STRUCTURE OF VALUE ADDED WITH CADUNICO AND FAMILY BAG PROGRAM (PBF): THE CASE OF AMZOP MUNICIPALITIES	Munaretto, Lorimar Francisco	O estudo é quantitativo e descritivo, utilizou o coeficiente p de Spearman para verificar a correlação entre as variáveis. Foi realizado nos anos de 2014 à 2017, na Associação dos Municípios da Zona, da Produção (AMZOP) no Rio Grande do Sul.	2019

Quadro 2 – Resumo das publicações sobre o PBF

(conclusão)

Título	Autores	Método	Ano
Health outcomes of the Bolsa Familia program among Brazilian Amazonian children	Ford, Katherine J.; Lourenco, Barbara Hatzlhofer; Cobayashi, Fernanda; Cardoso, Marly Augusto	Estudo longitudinal de base populacional de crianças menores de 10 anos em Acrelândia, Acre, com coleta de dados de base em 2007.	2020
Bolsa Familia Program and environmental health: a systematic review of the effects on diarrhea and malnutrition	Souza, Anelise Andrade de; Heller, Leo	Revisão de literatura nas bases LILACS, SciELO e PubMed e buscou estudos com crianças menores de 5 anos.	2021
Combined effects of conditional cash transfer program and environmental health interventions on diarrhea and malnutrition morbidity in children less than five years of age in Brazil, 2006-2016	Souza, Anelise Andrade de; Mingoti, Sueli Aparecida; Paes-Sousa, Romulo; Heller, Leo	Estudo exploratório e analítico. As análises estatísticas inferenciais foram realizadas utilizando o Modelo Linear Generalizado com efeitos fixos. Foram analisados dados de todos os municípios brasileiros de 2006 à 2016, focando em crianças menores de 5 anos.	2021
O Programa Bolsa Família e a condicionalidade educacional: uma análise do desempenho escolar de estudantes em situação de pobreza	Martins, Bárbara Amaral; Rückert, Fabiano Quadros	O estudo explorou as percepções formuladas por estudantes de ensino médio, na cidade de Corumbá-MS — beneficiários e não beneficiários — a respeito do programa e do desempenho que alcançaram no transcurso do processo de escolarização.	2022

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Os estudos demonstram que houve progresso na questão de distribuição de renda, contudo a desigualdade ainda é elevada (BARROS, CARVALHO, MENDONÇA, 2010; PAULI, FRAGA, VIEIRA, 2015). Na mesma linha, Ancochea e Mattei (2011) evidenciam para a contribuição do PBF na redução da pobreza e na desigualdade no curto prazo, e destaca que para ocorrer melhora nos resultados de saúde e educação além da diminuição da pobreza e desigualdade a longo prazo, deve haver ampliação dos serviços de saúde e educação, juntamente com a transformação do sistema econômico.

A análise demonstrou que o PBF possui efeito positivo na redução de doenças e mortes por diarreia e desnutrição em crianças menores de cinco anos (SOUZA, HELLER, 2021), e também na queda da taxa de mortalidade infantil (SILVA, PAES, 2019; SHEI, 2013; CRUZ, MOURA, NETO, 2017; SILVA, PAES, SILVA, 2018; RASELA *et al*, 2013; GUANAIS,

2014). Rasela *et al.* (2013) destacam que o PBF pode contribuir à redução da mortalidade infantil, em especial, de mortes ligadas a pobreza, como a desnutrição e a diarreia.

Contudo, Souza *et al.* (2021) demonstrou que uma alta cobertura de acesso a serviços de saneamento adequado, coleta de resíduos sólidos e acesso à água resulta na diminuição das taxas médias de morbidade por desnutrição e diarreia em crianças menores de cinco anos, independente do município ser pobre ou consequentemente coberto pelo programa.

Em relação a taxa de fecundidade, observa-se diminuição entre beneficiários do PBF e está relacionada com a menor taxa de mortalidade Infantil (SILVA, PAES, 2019; SILVA, PAES, SILVA, 2018). Segura-Perez, Grajeda e Perez-Escamila (2016) realizaram uma revisão sistemática e verificaram que os estudos sugerem que o PBF possui efeitos positivos em índices antropométricos infantis e outros estudos sugerem que o programa melhora a segurança alimentar e a ingestão de alimentos entre crianças pequenas, bem como a saúde geral e a sobrevivência das crianças. Outro estudo conclui que a alta prevalência de insegurança alimentar em beneficiários do PBF está associada com a baixa escolaridade materna (SPERANDIO, PRIORE, 2015).

Em outra revisão verificou-se que somente o uso de mecanismos condicionais para melhorar a saúde não são capazes de mitigar as desigualdades em saúde e que o Brasil possui um grande programa de alimentação escolar em escolas públicas que pode complementar os potenciais efeitos do PBF na saúde e na nutrição (CRUZ, MOURA, NETO, 2017).

Silva e Paes (2019) demonstram que o PBF influenciou de modo positivo no aumento de consultas de pré-natal e diminuição do número de indivíduos que viviam com acesso ao abastecimento de água e saneamento inadequados. Entretanto, não verificou-se a associação com a cobertura vacinal, apesar de esta ser uma condição para o recebimento do benefício (FORD *et al.*, 2020).

Quanto à educação, os estudos demonstram que o PBF teve um papel significativo na redução das taxas de analfabetismo (SILVA, PAES, 2019), indicando o maior número de matrícula de alunos mais precocemente (FORD *et al.*, 2020), o aumento na frequência escolar, (DENES, KOMATSU, MENEZES-FILHO, 2018; SANTOS *et al.*, 2019), o menor abandono escolar e o aumento de matrículas (SANTOS *et al.*, 2019). Sobre isso, Aguiar e Araújo (2002) destacam que a criança evadindo da escola, passaria, futuramente, a ocupar postos pouco qualificados e mal remunerados no mercado de trabalho, desta forma, o PBF romperia esse ciclo por meio das condicionalidades.

Duarte (2013) verificou que, a partir do percentual de beneficiários do PBF em escolas, a presença de alunos em situação de pobreza tem efeito negativo considerável no IDEB. A autora destaca que o número de pobres matriculados não é considerado pelas políticas educacionais, deste modo há uma negligência que impacta negativamente no IDEB. Esse achado é corroborado por Denes, Komatsu e Menezes-Filho (2018) que encontraram uma correlação negativa do PBF e IDEB. Já Martins e Rückert (2022) demonstraram que há um impacto positivo em alunos do ensino médio na escolarização.

Por fim, Silva *et al.* (2019) concluíram que o PBF ainda não se mostra capaz de repercutir de maneira satisfatória nas variáveis relacionadas com a qualidade do ensino e que municípios com o IDEB acima da média nacional são para alunos matriculados nas melhores escolas. Quanto ao PIB, verifica-se que há uma correlação positiva entre o aumento do PBF e o crescimento do PIB per capita, independente do controle de outras transferências ou tendências específicas municipais. Além disso, há uma redução da pobreza, porém não se concluiu se há redução da desigualdade (DENES, KOMATSU, MENEZES-FILHO, 2018). No entanto, Silveira-Neto e Azzoni (2012) concluíram que o PBF e o Benefício de Prestação Continuada auxiliaram na redução da desigualdade de renda regional, sendo esses responsáveis por mais de 24% da redução.

Em geral, os estudos compreendem análises da Taxa de Mortalidade Infantil na região Nordeste ou no Brasil como um todo. Por outro lado, há poucos estudos realizados no estado do Rio Grande do Sul que avaliam indicadores de saúde e educação, as quais são condicionalidades impostas pelo programa. Assim, infere-se a importância da realização de pesquisas regionais ou locais para enriquecer o campo acadêmico e verificar as dificuldades e contribuições que o programa tem em relação a população beneficiada.

4. A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICA

Este capítulo tem por objetivo descrever o processo de avaliação de uma política pública. Inicialmente serão contextualizadas as políticas públicas (seção 4.1) e posteriormente, será tratada da avaliação de políticas públicas (seção 4.2).

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

As várias revoluções que ocorreram no final do século XVIII tiveram como objetivo central a liberdade. Sendo que passou-se a admitir a necessidade de políticas públicas como forma de atender as novas demandas sociais resultantes desses processos. Contudo, também entendeu-se que não era necessário o desenvolvimento de excessivas políticas públicas, uma vez que a própria sociedade teria capacidade de regular a si mesma conforme a livre expressão da vontade individual (SOUZA, 2018).

Desta forma, nos anos de 1980 e 1990, desenvolveu-se a crescente ideia de uma ideologia neoliberal que ditava o “Estado Mínimo”. Contudo, esse estado mostrou-se irrealista, sobretudo nos países em desenvolvimento que necessitam de políticas públicas para aliviar a pobreza e torná-los mais compatíveis com uma economia de mercado (CUNHA, 2018).

Nesse período, a Constituição Federal de 1988 definiu-se como um marco na agenda das políticas públicas, pois primeiramente reconheceu os direitos sociais, tendência observada em constituições de outros países, além disso houve a universalização do acesso à saúde e um significativo aumento das competências concorrentes entre os três níveis de governo, criando bases para o desenho atual das políticas públicas, em especial, as sociais.

Além de toda a estrutura legal pertinente, é importante destacar que, para que se efetive uma política pública, também é necessário uma mobilização social, quando há a formação de um processo ideacional, em que os problemas são definidos e esses devem ter atenção do poder público à sua solução. Tais propostas surgem e transformam-se ao longo do tempo em experiências práticas em diferentes localidades. Essas experiências produzem informações sobre a adequação de uma definição de problema ou sobre a viabilidade de uma solução (PIRES, LOTTA, OLIVEIRA, 2018).

Para entender o campo da política pública, Secchi (2016) destaca que há duas denominações que são importantes: o problema público e a política pública. Essa diferenciação define que o problema público possui um conceito intersubjetivo, onde o mesmo existirá a

partir do momento que incomodar uma quantidade considerável de pessoas, já a política pública é uma diretriz, de caráter abstrato, com o objetivo de combater esse problema público, sendo utilizados instrumentos concretos (leis, programas, campanhas, obras, entre outros).

Corroborando a explicação, Lopes, Amaral e Caldas (2008) definem que as políticas públicas correspondem ao conjunto de metas, ações e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público (LOPES, AMARAL E CALDAS, 2008).

As políticas públicas também são o resultado da competição entre os grupos da sociedade com o objetivo de alcançar seus interesses, porém tais reivindicações podem não ser alcançadas, pois essas precisam, antes de tudo, ganhar força e chamar atenção das autoridades governamentais. Nessa estrutura, denominam-se atores os grupos que fazem parte do sistema político e apresentam reivindicações ou executam ações que transformam-se em políticas públicas (LOPES, AMARAL E CALDAS, 2008).

Nesta construção, o desenho de uma política pública implica em uma expectativa de gerar comportamentos dos agentes que por ela serão afetados, logo o momento de sua formulação ocorre quando se explicitam as racionalidades, as teorias de causa e efeito e os resultados esperados a partir do desenho apresentado. Conquanto as políticas públicas sejam frequentemente bem sucedidas em suas metas, há vezes em que não há alcance de seus objetivos, ou ainda poderá apresentar resultados diferentes do esperados dependendo ou do contexto onde foi implementada. Tais situações relacionam-se à complexidade do processo de implementação e execução de políticas públicas (LOTTA, 2019).

Para Lima e D'Ascenzi (2018), a legitimação de uma política pública se dá quando há o enfrentamento de um problema social, ou tem-se uma situação indesejável que promove uma ação de contrapartida. Logo, procura-se olhar para o futuro da sociedade, e assim moldá-la. Nesse esforço de elaborar uma política pública há fases bem definidas e que necessitam ser cumpridas para que haja sucesso no que está sendo proposto, sendo que esse conjunto determina o ciclo das políticas públicas.

Para Secchi, Coelho e Pires (2019), existem sete fases nesse ciclo: 1) identificação do problema, 2) formação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação e a 7) extinção.

O início a uma política pública consiste na identificação do problema que é a discrepância entre o *status quo* e uma situação ideal possível (SECCHI, COELHO E PIRES,

2019). Após a identificação do problema é necessário que ele faça parte da agenda, que entende-se como uma lista de problemas que, na visão dos atores sociais, são relevantes e devem estar no foco das discussões e análises. Destaca-se que, para que uma questão entre na agenda ela deve ser vista, discutida e ser considerada um problema social.

Na terceira etapa define-se a formulação da política, onde são definidas as ações que serão adotadas para solucionar o problema já diagnosticado e colocado na agenda. Contudo, tal processo muitas vezes não ocorre de maneira pacífica, pois grupos podem considerar determinadas ações favoráveis a eles e outros podem considerar uma ameaça, situação que, promove um embate político (LOPES, AMARAL E CALDAS, 2008; SECCHI, COELHO E PIRES, 2019).

Esse embate, apesar de desgastante aos participantes, é necessário para que ocorra a evolução e a construção de uma política pública e, após esse momento é que a política “toma forma”, pois inicia-se a fase de tomada de decisão que se refere às escolhas de soluções mais adequadas diante dos interesses dos atores e dos meios disponíveis para enfrentar o problema. Nesse momento, se definem os recursos e prazos de ação da política, sendo expressas em leis, decretos, normas, resoluções ou outros atos da Administração Pública (LOPES, AMARAL E CALDAS, 2008; SECCHI, COELHO E PIRES, 2019; LIMA, D’ASCENZI, 2018).

Contudo, a fase de maior visibilidade da sociedade, é a de implementação da política pública, momento em que ela é executada, sendo esse processo difícil, imprevisível e também frustrante (LOTTA, 2019). Por fim, o ciclo de políticas públicas se encerra com a fase da avaliação que, em muitos casos, também determina a extinção da política pública, sendo que ela dependerá muito da fase de avaliação.

4.2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Atualmente, avaliar uma política pública ou programas governamentais ganhou importância dentro do serviço público, pois essa fase está ligada às funções de planejamento e gestão. Entende-se que esse processo tomou maior impulso com o processo de modernização da Administração Pública.

Em outros países esse processo foi promovido por meio dos princípios da gestão pública empreendedora e pela modificação da relação entre estado e sociedade (CUNHA, 2018). Sendo que ainda é um desafio realizar a avaliação de uma política pública, conforme destaca Procopiuck (2013), dado que é necessário o envolvimento de diversos segmentos da

sociedade, agregando um caráter multifacetado dentro da análise. Logo, haverá posicionamentos favoráveis a alguns segmentos e contrários a outros, sendo que o desafio está em obter o equilíbrio para os resultados.

De fato, o processo avaliativo pode contribuir na transparência dos atos públicos, e também apresentar ao cidadão uma forma de controle e acompanhamento das ações, permitindo a legitimação das políticas ou programas desenvolvidos. Ressalta-se que, em virtude do caráter político, as avaliações podem gerar a manutenção ou não de determinada política (OLIVEIRA, PASSADOR, 2019).

Destaca-se que a avaliação é uma fase dentro do ciclo de políticas públicas essencial para ocorrer a evolução da mesma, além da aprendizagem dos coordenadores para as próximas metas ou implementação de novas políticas. O objetivo dessa fase é a instrumentalização prática sendo que para tal usam-se métodos retrospectivos ou de processo. A avaliação gera informações valiosas para manter, ajustar ou extinguir uma política pública (SECCHI, COELHO E PIRES, 2019). No entanto, a avaliação poderá ocorrer antes da implementação (avaliação *ex ante*), durante o processo de implementação (avaliação *in itinere* ou monitoramento) ou após a implementação (avaliação *ex post*).

Além disso, existem critérios usados nas avaliações das políticas públicas que estão alinhados aos princípios da gestão pública, quais sejam: Economicidade (utilização de recursos), Produtividade (*outputs*), Eficiência econômica (produtividade x recursos utilizados), Eficiência administrativa (conformidade da implementação), Eficácia (nível de alcance de metas e objetivos), Efetividade (resultados sociais, redução do problema e geração de valor à população), Igualdade e Equidade (homogeneidade da distribuição dos benefícios) (SECCHI, COELHO, PIRES, 2019).

Destaca-se que o objetivo de uma avaliação não é buscar a verdade absoluta, mas promover uma visão justificada dos programas de implementação de políticas. Todavia, a avaliação não substitui o processo de tomada de decisão, porém promove uma decisão de maneira mais consciente. As principais metas da avaliação são: a melhoria do processo de tomada de decisão; alocação apropriada de recurso e; a responsabilidade (ALA-HARJA E HELGASON, 2014).

Cunha (2018) justifica a avaliação de uma política pública de maneira complementar, pois o crescente interesse do governo em promover uma avaliação justifica-se pela efetividade, eficiência, *accountability* e desempenho da gestão pública, que são ferramentas para os

gestores, formuladores e implementadores de programas e políticas públicas que permitem tomar decisões com maior conhecimento, maximizando resultados, identificando conquistas e superando pontos de estrangulamento.

Também, a fase de avaliação da política é importante para os desdobramentos da mesma. Arretche (1998) ressalta que as avaliações devem ser realizadas por órgão independente, uma vez que a política pública pode influenciar a vida de pessoas interessadas. Logo, faz-se importante a neutralidade da avaliação, pois quando feita por equipes próprias do governo dificilmente serão críveis e isentas. Secchi, Coelho e Pires (2019) corroboram destacando que existem muitos interesses em jogo em um momento de avaliação de política pública, em que as informações coletadas podem ser utilizadas numa disputa política e logo promover uma manipulação de opinião pública a favor ou contra o desempenho de uma política pública, bem como poderá existir manipulação dos mecanismos de avaliação.

5. METODOLOGIA

Este capítulo tem por objetivo descrever os procedimentos metodológicos. Seguindo a seguinte construção: delineamento metodológico (5.1), amostra, dados e variáveis (5.2) e técnica de análise utilizada (5.3).

5.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A busca por entender e explicar os fenômenos da natureza dá início ao processo de investigação e ao método de pesquisa. Neste sentido, Lakatos e Marconi (2017) destacam que a utilização de métodos científicos não é da alçada exclusiva da ciência, mas não há ciência sem o emprego de métodos científicos.

Porém, cada pesquisa possui suas particularidades, desta forma sua previsão e provisão de recursos estará de acordo com suas características. No momento que o pesquisador consegue rotular o seu projeto de pesquisa a partir de um sistema de classificação, essa se torna mais racional em relação às suas etapas de execução. Promovendo uma pesquisa em menor tempo, com melhor utilização de recursos e com resultados mais satisfatórios (GIL, 2017).

Segundo Gil (2017) é muito importante a classificação de uma pesquisa, pois conhecer as suas semelhanças e diferenças permite ao pesquisador decidir qual delas é mais adequada para solucionar o problema que objetiva a investigação.

Quanto à abordagem, a pesquisa caracteriza-se como quantitativa, pois, conforme Sampieri, Collado e Lucio (2013), o enfoque quantitativo utiliza a coleta de dados para testar hipóteses, baseando-se na medição numérica e na análise estatística para estabelecer padrões e comprovar teorias. Essa abordagem possui fundamentos no positivismo e possui características que utilizam variáveis objetivas, em que diferentes pesquisadores poderão obter os mesmos resultados em observações distintas (LOZADA, NUNES, 2019).

E conforme o seu caráter, a pesquisa é descritiva, pois tem como objetivo descrever características de uma determinada política, o PBF, e relacionar com as variáveis a serem testadas. Conforme Gil (2017), pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno.

Uma importante etapa da pesquisa é a coleta de dados, pois nesta fase o pesquisador se preocupa em reunir as informações necessárias para atingir os objetivos da investigação e os problemas que deseja-se resolver (LAKATOS, MARCONI, 2017).

Quanto aos procedimentos, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental. A primeira trabalha com materiais já publicados por outros autores em diversas fontes (livros, sites, artigos, e-books, manuais, etc) e a segunda utiliza de documentos, relatórios, legislação e tabelas de dados que são específicas de determinada área ou setor, os quais podem estar disponíveis em diversas formas (GERHARDT, SILVEIRA, 2009).

Sintetizando as definições, o Quadro 3 apresenta a classificação da pesquisa, conforme Gerhardt e Silveira (2009) e Gil (2017).

Quadro 3 - Classificações do estudo, considerando a abordagem, o objetivo e o procedimento

Abordagem	Objetivos	Procedimentos
Quantitativa	Descritiva	Bibliográfica Documental

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Gerhardt e Silveira (2009) e Gil (2017).

5.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA E CONSTRUÇÃO DE DADOS E VARIÁVEIS

A amostra utilizada foi o estado do Rio Grande do Sul, compreendendo seus 497 municípios. O estado possui uma extensão territorial de 281.730,2 km² e é o nono maior, sendo que o seu volume populacional fica atrás, apenas de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. A capital, Porto Alegre, é o município mais populoso com 1,4 milhão de pessoas. Para aprimorar o processo de gestão, o Estado é subdividido em 30 Coordenadorias de Educação e 18 Coordenadorias Regionais de Saúde, as quais coordenam os programas conforme a realidade de cada região (RIO GRANDE DO SUL, 2022).

A coleta de dados para a análise compreendeu os anos de 2008 a 2021 como recorte temporal, visto que a maioria das variáveis estão disponíveis a partir de 2008, e que a partir do ano de 2020 o mundo vivenciou a instalação da pandemia do Covid-19, onde muitos dados foram prejudicados. A intenção foi coletar o maior horizonte possível de informações, com o intuito de comparar as possíveis mudanças. A área de estudo compreendeu o estado do Rio Grande do Sul.

Em relação aos dados utilizados do Programa Bolsa Família (PBF) eles foram retirados dos Portais da Transparência do Governo Federal (SAGI, 2021) e correspondem aos: repasses do PBF às famílias:

Quanto aos indicadores em saúde que foram utilizados compreendem:

- Cobertura vacinal: Este relatório provém do Ministério da Saúde, sendo que os dados disponíveis são oriundos do Sistema de Avaliação do Programa de Imunizações - API, sistema este gerido pela Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações - CGPNI. A fórmula de cálculo da cobertura é o número de doses aplicadas da dose indicada (1ª, 2ª, 3ª dose ou dose única, conforme a vacina) dividida pela população alvo, multiplicado por 100. Exemplo: para a Tetravalente (DTP/Hib), considera-se o número de terceiras doses aplicadas na faixa etária de menores de 1 ano. Para a vacina oral de rotavírus humano, pode-se avaliar cobertura de 1ª e 2ª doses. (DATASUS, 1994)
- Estado nutricional: Estes dados são consolidados pelo Ministério da Saúde no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), a partir dos dados de peso e altura que são coletados no momento da pesagem dos beneficiários do PBF. O SISVAN é uma ferramenta para monitorar a situação alimentar e nutricional e também funciona como apoio à profissionais de saúde para o diagnóstico local das condições e agravos alimentares e nutricionais, desta forma, identifica fatores de risco ou proteção para condições de saúde da população atendida nos serviços de Atenção Básica no Brasil. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017)

E quanto ao indicador em educação foi utilizado:

- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB: O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O IDEB é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) (BRASIL, 2021);

Já as variáveis econômicas e fiscais utilizadas compreendem:

- Produto Interno Bruto (PIB) per capita: O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas. O PIB *per capita* é a divisão do PIB pelo número de habitantes, logo mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo de um país se todos recebessem partes iguais (IBGE, 2022). Os dados foram coletados no

site do IBGE, com o intuito de reforçar a explicação sobre o impacto econômico nas condicionalidades do PBF.

- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB): Em substituição ao Fundef, foi criado o FUNDEB pela Emenda Constitucional N. 53/2006 e regulamentado pela Lei N. 11.494/2007 e pelo Decreto N. 6.253/2007, onde 20% das receitas dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios são utilizados para toda a educação básica e que sua distribuição possui como base o número de alunos da educação básica informado no Censo Escolar do ano anterior (FNDE, 2022);
- Fundo Nacional de Saúde: Instituído pelo Decreto Nº 64.867, de 24 de julho de 1969, o Fundo Nacional de Saúde (FNS) é o gestor financeiro dos recursos destinados a financiar as despesas correntes e de capital do Ministério da Saúde bem como dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS). Tendo como missão contribuir para o fortalecimento da cidadania, mediante a melhoria contínua do financiamento das ações de saúde, o Fundo Nacional de Saúde busca cotidianamente criar mecanismos para disponibilizar informações para toda a sociedade relativas aos custeios, os investimentos e financiamentos no âmbito do SUS. O capital alocado junto ao FNS são transferidos para os estados, municípios e o Distrito Federal para que estes entes realizem de forma descentralizada ações e serviços de saúde, bem como investirem na rede de serviços e na cobertura assistencial e hospitalar, no âmbito do SUS. Essas transferências são realizadas nas seguintes modalidades: Fundo a Fundo, Convênios, Contratos de Repasses e Termos de Cooperação. (FNS, 2022). Para este trabalho foi considerada a soma de todas as modalidades de valores dos repasses do Fundo Nacional de Saúde para os municípios do Rio Grande do Sul.

Para a melhor compreensão da definição dos indicadores escolhidos, eles foram sintetizadas no Quadro 4 com a variável e os efeitos esperados sobre o PBF.

Quadro 4 – Indicadores, variáveis e efeito esperado do impacto causado pelos repasses do PBF sobre elas

Indicador	Variável	Definição	Medida da variável	Justificativa	Efeito esperado
Saúde	Cobertura vacinal	CVac	Porcentagem	A variável Cobertura Vacinal está atrelada a condicionalidade da saúde, logo espera-se que essa taxa aumente com os recursos do PBF. Cattelan, Mello e Bezerra (2020) encontraram que no estado do Paraná houve um expressivo aumento na média de imunização	Aumente o percentual
	Estado nutricional	ENut010bp ENut010e ENut010ap	Unidade	Oliveira <i>et al.</i> (2022) analisou 11 municípios da Paraíba e encontrou que 12,8% das crianças analisadas estavam com excesso de peso e 7,9% déficit de estatura, este último corroborando com os achados de Oliveira <i>et al.</i> (2011) em um município de Minas Gerais. O Estado Nutricional é uma variável que tende a ter variação, pois com maior poder aquisitivo da família haverá mais acesso à alimentos.	Diminua o número de indivíduos desnutridos e aumente o número de pessoas eutróficas
Educação	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB	IDEB15	Unidade	Estudos demonstraram que esta variável teve um impacto negativo em relação ao PBF (DUARTE, 2013; DENES, KOMATSU, MENEZES-FILHO, 2018). Essa variável carece de mais estudos, visto que os autores relatam que as crianças beneficiárias possuem mais dificuldade quando comparadas a outras que não estão em situação de vulnerabilidade.	Diminua o indicador
Variáveis econômicas e fiscais	Produto Interno Bruto - PIB <i>per capita</i>	PIBpc	Reais (R\$)	Estudo indica que há uma relação positiva entre o aumento do PBF e o crescimento do PIB <i>per capita</i> . (DENES, KOMATSU, MENEZES-FILHO, 2018)	Relação positiva
	FUNDEB	Fundeb	Reais (R\$)	Um estudo indica que as transferências financeiras do FUNDEB exercem forte impacto sobre as transferências financeiras do PBF (VEIGA, 2015).	Relação positiva
	Fundo Nacional de Saúde - FNS	FNS	Reais (R\$)	-	-

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

5.3 MÉTODO DE ANÁLISE E MODELO APLICADO

Para verificar o impacto do PBF sobre os indicadores de saúde e educação é utilizada a modelagem de dados em painel. O uso desse modelo justifica-se, dado que o estudo utiliza o município como unidade de análise, e as variáveis são observadas temporalmente, sendo o recorte temporal de 2008 a 2021.

Um conjunto de dados em painel, embora tenha dimensões tanto de corte transversal como de série temporal, difere em alguns aspectos importantes de um agrupamento independente de cortes transversais. Para coletar dados em painel – algumas vezes chamados de dados longitudinais –, é necessário acompanhar (ou tentar acompanhar) os mesmos indivíduos, famílias, empresas, cidades, estados ao longo do tempo (WOOLDRIDGE, 2018).

É importante verificar se os dados de unidades (i) e os períodos (t) estão disponíveis, para assim poder classificar os painéis entre equilibrados e desequilibrados. No primeiro caso, os painéis possuem todas as observações sobre as unidades de análise na base de dados em todos os períodos de observação, enquanto que no segundo, os painéis desequilibrados são aqueles que há ausência de pelo menos um dado (STOK, WATSON, 2004).

E quanto a forma funcional, o modelo de dados em painel possui dois tipos: modelo de efeito aleatório e modelo de efeito fixo (HSIÃO, 2003; WOOLDRIDGE, 2018). O primeiro é aplicado em painéis não equilibrados, porém necessita presumir que os motivos pelos quais alguns períodos de tempo estão faltando são sistematicamente relacionados aos erros idiossincráticos. Destaca-se que, se o objetivo do efeito fixo é verificar impactos das variáveis independentes variando entre indivíduos e também ao longo do tempo, para esse fim, se supõe que o intercepto varia de um indivíduo para outro, no entanto, é constante ao longo tempo (FERNANDES, 2019). Formalmente, o modelo de efeitos fixos pode ser apresentado conforme Equação em (1):

$$Y_{it} = \alpha_i + \beta_1 X_{1it} + \dots + \beta_k X_{kit} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

em que o subscrito i representa as diferentes unidades de análise e o subscrito t o período de tempo analisado; α_i denota os interceptos a serem estimados para cada um dos indivíduos, sendo entendido como o efeito não observado, sendo constante (ou fixo) ao longo do tempo e ε_{it} o termo de erro (WOOLDRIDGE, 2018).

O segundo é adequado quando acredita-se que o efeito não observado não é correlacionado com todas as variáveis explicativas (WOOLDRIDGE, 2018). Esse modelo pode ser representado conforme a Equação em (2).

$$Y_{it} = \beta_i X_{it} + \mu_{it} \text{ com } \mu_{it} = \varepsilon_{it} + u_{it} \quad (2)$$

em que $\mu_{it} = \alpha_i + \varepsilon_{it}$, com $\varepsilon_{it} \text{ iid}(0, \sigma_\varepsilon^2)$ e $u_{it} \text{ iid}(0, \sigma_u^2)$. Essa estrutura define o termo de erro composto, em que ε_{it} corresponde as unidades de análises e o u_{it} o termo idiossincrático que varia com o indivíduo e com o tempo.

Considerando ambos os modelos, para verificar o mais adequado aplica-se um teste de ajustamento. Para essa finalidade, frequentemente utiliza-se o teste de Hausman, o qual tem na hipótese nula que os estimadores do modelo de efeito fixo e do modelo de componente de erros não significativamente diferentes. Na prática, a rejeição da hipótese nula significa que, ou as estimativas efeitos aleatórios e as de efeitos fixos são suficientemente próximas que não importa qual será usada, ou a variação amostral é tão grande nas estimativas de efeitos fixos que não se pode concluir se as diferenças praticamente significantes são estatisticamente significantes, sendo sugerida a utilização do modelo de efeitos fixos (WOOLDRIDGE, 2018).

Entretanto, antes de estimar os modelos é necessário avaliar a estrutura das séries temporais. Para esse propósito são utilizados os testes de estacionariedade de Fisher, proposto por Choi (2001), nas versões de *Augmented Dicker Fuller* (ADF) e *Phillips-Perron* (PP), com tendência e mitigando o impacto dependência. Esses testes foram escolhidos em função de ser mais apropriados para painel desbalanceado, caso do conjunto de dados estudado se apresente desta forma (GREENE, 2012).

E para os modelos balanceados são utilizados dois testes de estacionariedade: o de Im-Pesaran-Shin (IPS) e o de Breitung. Os testes de Breitung (2000) e Breitung e Das (2005) adotam uma tática diferente, adequando os dados antes de ajustar um modelo para que os ajustes de viés não sejam necessários. O teste de Breitung assume que o termo de erro ε_{it} não está correlacionado ao longo das unidades i . E o teste Im, Pesaran e Shin (1997) estendeu o teste de Leven-Lin propondo uma metodologia baseada na média do t-estatístico do teste Augmented Dickey-Fuller (ADF) de cada uma das variáveis da amostra.

Seguindo, são aplicados os testes de cointegração de Kao, Pedroni e Westerlund para os modelos balanceados. O teste de Pedroni e o de Kao são baseados em Engle-Granger (1987), e correspondem a testes de cointegração em dois passos (baseado no resíduo). A cointegração torna regressões onde há variáveis I(1) potencialmente significativas. O tratamento completo da cointegração necessita da matemática, contudo pode-se descrever os problemas e os métodos básicos que são usados em muitas aplicações. Engle e Granger (1987) deram um tratamento formal para a cointegração (WOOLDRIDGE, 2018).

Já o teste de cointegração de Engle-Granger (1987) baseia-se no exame dos resultados de uma regressão efetuada utilizando variáveis I(1) (não estacionárias). Caso as variáveis sejam cointegradas, então os resíduos devem ser I(0) (estacionários). Pedroni (1999, 2004) e Kao (1999) estenderam essa metodologia para testes envolvendo dados em painel.

E o teste de Westerlund (2006) expande o teste de McCoskey e Kao para a possibilidade de quebras estruturais. Dessa forma, esse teste segue exatamente a mesma lógica do anterior, porém, incluindo quebras que são determinadas endogenamente seguindo o procedimento de Bai e Perron (1998, 2003), que obtêm o local das quebras por minimizar localmente a soma dos quadrados dos resíduos (JOIOZO, 2007). E para testar as premissas de autocorrelação serial e heterocedasticidade são aplicados os testes de Wooldridge e Wald, respectivamente, os quais têm na hipótese nula a ausência do efeito.

Em caso de ocorrer autocorrelação e heterocedasticidade, faz-se necessário aplicar métodos de correção. Neste caso, aplica-se o modelo de Prais-Winsten que é uma regressão linear desenvolvida para estimar a tendência e associação em séries temporais, sendo que considera a relação de dependência entre valores consecutivos da série (ANTUNES, 2022).

Considerando as variáveis e a modelagem, são propostos os modelos analíticos para a avaliação das relações e efeitos do Programa Bolsa Família sobre os indicadores de saúde, conforme Equações de (3) e (4), e educacionais, conforme Equação (5), dos municípios do estado do Rio Grande do Sul, no período de 2008 a 2021.

$$\text{Modelo 1 - } CVac_{i,t} = \rho_i + \omega_1 BF_{i,t} + \omega_2 PIBpc_{i,t} + \omega_3 FNSpc_{i,t} + \delta_{i,t} \quad (3)$$

$$\text{Modelo 2 - } ENut_{i,t} = \rho_i + \omega_1 BF_{i,t} + \omega_2 PIBpc_{i,t} + \omega_3 FNSpc_{i,t} + \delta_{i,t} \quad (4)$$

$$\text{Modelo 3 - } IDEB_{i,t} = \rho_i + \omega_1 BF_{i,t} + \omega_2 PIBpc_{i,t} + \omega_3 FUNDEB_{i,t} + \omega_4 FNSpc_{i,t} + \delta_{i,t} \quad (5)$$

com $i = 1, \dots, 497$ e $t = 2003, \dots, 2021$, sendo $CVac_{it}$ a Cobertura Vacinal do município, $ENut_{it}$ o Estado Nutricional dos beneficiários do PBF, $IDEB_{it}$ o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do município; BF_{it} os repasses do Programa Bolsa Família; $PIBpc_{it}$ o Produto Interno Bruto *per capita*; $FUNDEB_{it}$ o repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação aos municípios; $FNSpc_{it}$ o valor dos repasses do Fundo Nacional de Saúde aos municípios; ρ , e ω correspondem aos parâmetros a serem estimados e δ o termo de erro.

5.4 AJUSTES NOS DADOS

Destaca-se que alguns dados foram ajustados a fim de que se consiga abranger o maior número possível de dados e assim obter uma análise mais completa. Para o PIB *per capita*, referente ao ano de 2021, foi estimada a média dos dois últimos anos, em função de ele não estar disponível.

Os dados do IDEB são publicados em um intervalo de dois anos. A partir de 2005, portanto, nos anos intermediários, foram considerados os dados vigentes do ano anterior. E também, nos anos em que não possuíam dados realizou-se a interpolação, considerando a média obtida do ano anterior e do posterior. Os municípios que apresentaram lacunas de duas notas em sequência, que corresponde a um intervalo de quatro observações, foram excluídos. Considerando esse critério, foram excluídos 137 municípios, conforme APÊNDICE I, restando à análise 360.

E por fim, os dados retirados do SISVAN, sobre o Estado Nutricional de crianças do PBF foram agrupados em três categorias: 1) Baixo Peso: engloba todas as crianças que estavam com o peso abaixo da eutrofia (magreza acentuada e magreza); 2) Eutrófico: engloba todas as crianças que possuem o peso dentro da normalidade; 3) Acima do Peso: engloba todas as crianças que estavam com o peso acima do limiar da eutrofia (sobrepeso, obesidade e obesidade grave). No SISVAN, a disposição dos dados para crianças é dividida em faixa etária de 0 a 5 anos e 5 a 10 anos, sendo assim, para melhor análise agrupou-se essas duas faixas etárias, transformando a variável com faixa etária de 0 a 10 anos.

Cabe salientar que, para realizar as análises foram elaboradas duas bases de dados, uma para os indicadores de saúde e outra para os indicadores de educação. Para a primeira, a base é balanceada enquanto para a segunda, a base é desbalanceada. Optou-se por fazer duas bases e estimar modelos separados para que os dados da saúde permitissem uma análise mais

específica, mesmo considerando que as condições de uma condicionalidade poderiam interferir nos resultados da outra. Ainda, operacionalmente, uma possui dados completos, permitindo a estimação de um modelo balanceado enquanto que a segunda, os dados são incompletos e a estimação é não balanceada. Todavia, não afasta-se completamente a hipótese de uma condicionalidade gerar condições de melhoria na adoção da outra.

Por fim, as séries de valores monetários (PIB per capita, FUNDEB, FNS e Repasse do Bolsa Família) foram atualizadas (deflacionadas), utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), utilizando como ano base 2021, os quais foram coletados no sítio do IPEADATA.

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são abordados os resultados encontrados após a análise dos dados coletados sobre o Programa Bolsa Família, Para melhor discussão e compreensão do leitor o capítulo foi dividido em subcapítulos: 6.1 Análise descritiva dos resultados; 6.2 Análise dos resultados do PBF na saúde; e, 6.3 Análise dos resultados do PBF na educação.

6.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS RESULTADOS

Análise inicia-se com a apresentação dos resultados das estatísticas descritivas das variáveis dos municípios do Rio Grande do Sul, as quais auxiliam na compreensão dos dados e permite verificar a existência de padrões e inconsistências. A Tabela 1 descreve o número de observações, desvio-padrão, média, máximo e mínimo.

Tabela 1 - Média, desvio-padrão, máximo e mínimo das variáveis analisadas dos municípios do Rio Grande do Sul

Variável	Nº observações	Média	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo
<i>CVac</i>	5.026	81,35	23,42	637,88	0
<i>ENutc010e</i>	5.026	218	597	15.589	0
<i>Ideb15</i>	4.985	5,61	0,77	8,3	2,8
<i>Bf_d</i>	5.026	20.3752,7	632.270,6	1.36e+03	440,58
<i>Fns_d</i>	5.026	1.00e+07	7.25e+07	1.56e+09	90.987,37
<i>Pibpc_d</i>	5.026	41.238,18	28.934,39	420.710,00	9.532,6
<i>Fundeb_d</i>	5.026	1.40e+07	3.04e+07	4.54e+08	123867.2

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Todas as variáveis apresentaram 5.026 observações, exceto o IDEB, pois há anos em que não possui dados disponíveis. A cobertura vacinal apresentou média de 81,35%, e um máximo de 637,88%, no município de São Valentim do Sul em 2015. Coberturas vacinais acima de 100% podem acontecer devido aos dados serem secundários, portanto, superestimando o numerador ou subestimando o denominador, pois há pessoas que são vacinadas e não residem no local. Também, existe a possibilidade de atualização no sistema, que implica em diferenças nos resultados, dado que há municípios que podem abastecer

sistemas fora do prazo, conforme o Observatório de Vacinas, organizado pela Universidade Católica de Santos (BARBIERI, 2021).

O estado nutricional de eutrofia em crianças de 0 a 10 anos apresentou uma média entre os anos avaliados, de 218, e um máximo de 15.589, no município de Porto Alegre, em 2014, demonstrando que a capital é a que concentra maiores níveis de pessoas beneficiárias do PBF com o peso adequado. O IDEB de crianças do 1º ao 5º ano teve como média o valor de 5,61, e o município com a maior nota foi Picada Café, com 8,3, no ano de 2019. Por sua vez, o município que possui a menor nota do IDEB foi Cacique Doble, com 2,8, no ano de 2009.

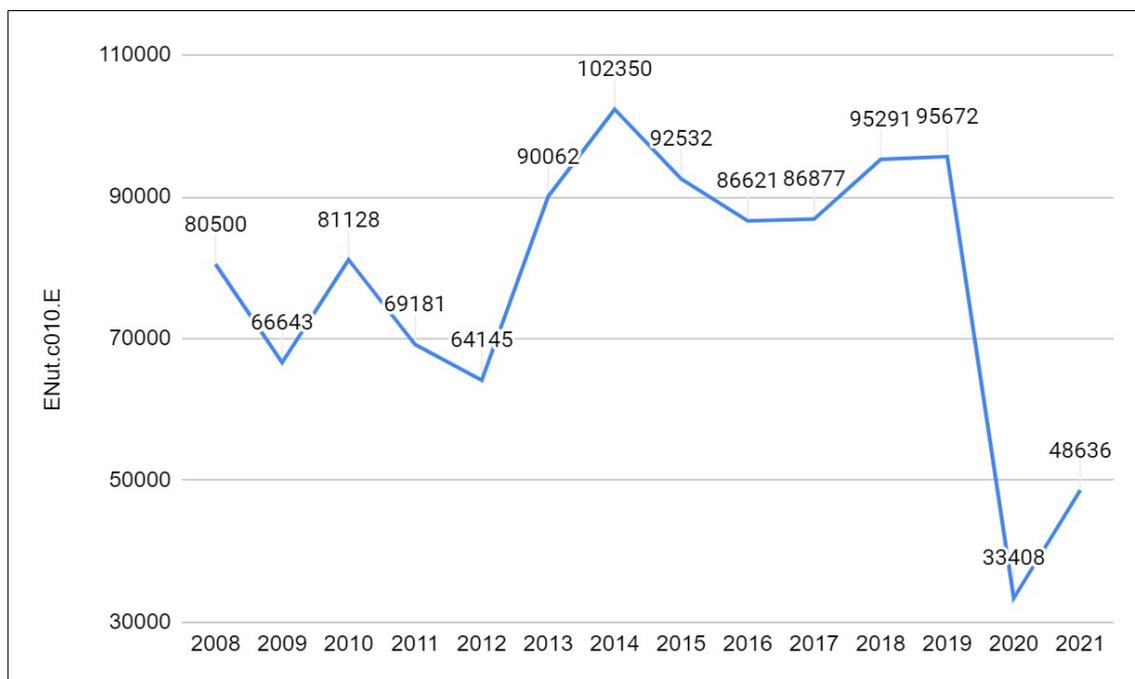
Quanto ao repasse do PBF, verifica-se, em valores absolutos, que Fagundes Varela, no ano de 2019, foi o município que recebeu o menor valor no total de R\$440,58, e o município de Porto Alegre recebeu maior repasse do programa no total de R\$13.558.580,03, em 2016. Já o município que possui o menor repasse do FNS foi Capão Bonito do Sul, no ano de 2009, com o total de R\$90.987,37 enquanto que o município com o maior repasse foi Porto Alegre, no ano de 2020, no valor aproximado de R\$1,6 bilhão.

E quanto ao PIB *per capita*, o município que teve o menor valor foi Ametista do Sul com R\$9.532,60, no ano de 2008, já o município que apresentou o maior PIB *per capita* foi o de Triunfo, no ano de 2010 com R\$420.710,00, o qual se destaca devido à indústria Petroquímica. Por fim, o município que teve o maior repasse do FUNDEB, em valores absolutos, foi Porto Alegre no ano de 2021, no valor aproximado de R\$453,6 milhões, enquanto que o município que teve o menor valor de repasse foi Quatro Irmãos, no ano de 2008, com valor de R\$123.867,20.

Complementando, a evolução do estado nutricional de crianças de 0 a 10 anos beneficiárias do PBF, no estado do Rio Grande do Sul, no período de 2008 a 2021, é apresentada na Figura 1. Verifica-se que, a partir de 2012, houve um aumento expressivo de crianças com o estado nutricional dentro da normalidade, atingindo seu pico máximo em 2014.

Contudo, com a pandemia, o número de crianças eutróficas reduziu-se significativamente. Ressalta-se que essa queda deveu-se ao fato de que, em 2020, não houve obrigatoriedade da pesagem para os beneficiários do PBF, devido às normas de isolamento preconizada pelos serviços de saúde. Por sua vez, até 2019, o PBF modificou de forma positiva o estado nutricional dos beneficiários do PBF, corroborando os resultados de Cruz, Moura e Neto (2017), que observaram que o PBF promoveu acesso à escola, onde há merenda escolar, e também aumenta o poder aquisitivo das famílias para a compra de alimentos.

Figura 1 – Total de crianças de 0 a 10 anos com estado nutricional de eutrofia beneficiárias do PBF no Estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2008 a 2021

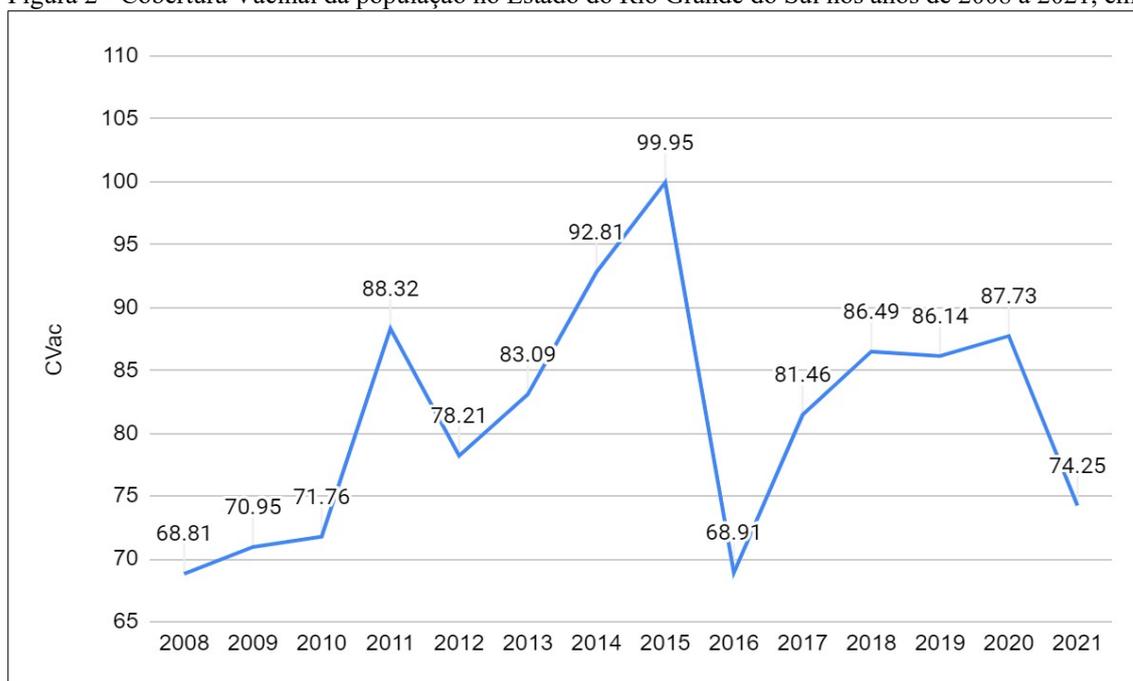


Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Quanto a cobertura vacinal no Rio Grande do Sul, até 2015 observa-se um aumento progressivo na média das vacinações, chegando ao pico máximo de 100%, contudo, a partir desse ano ocorre uma inversão, com a médias das vacinações do estado apresentando queda abrupta, atingindo menos de 70% em 2016, resultado próximo do encontrado em 2008. Os anos mais recentes mostram um rápida recuperação até 2019, todavia os anos pandêmicos novamente o percentual foi significativamente reduzido (Figura 2).

Os estudos citam diversos motivos como prováveis causas à queda da vacinação: a percepção errônea de que não é necessário fazer, pois a doença não está ativa; não conhecer o programa de imunização; medo de reações adversas; falta de tempo dos pais e cuidadores para levar os filhos à unidade de saúde; desaconselhamento de profissionais de saúde para tomar determinadas vacinas; falta de confiança em relação às fórmulas das vacinas e sua eficácia; vacinas estarem disponíveis apenas na rede particular e divulgação insuficiente (FRANCO *et al.*, 2020; MOURA *et al.*, 2020). Em especial, destaca-se que, em 2020, a queda que levou o percentual de vacinação a equiparar-se ao de 2008, o menor nível analisado no período, é justificado pela pandemia do COVID-19, momento em que a população teve que ficar em casa prejudicando a vacinação.

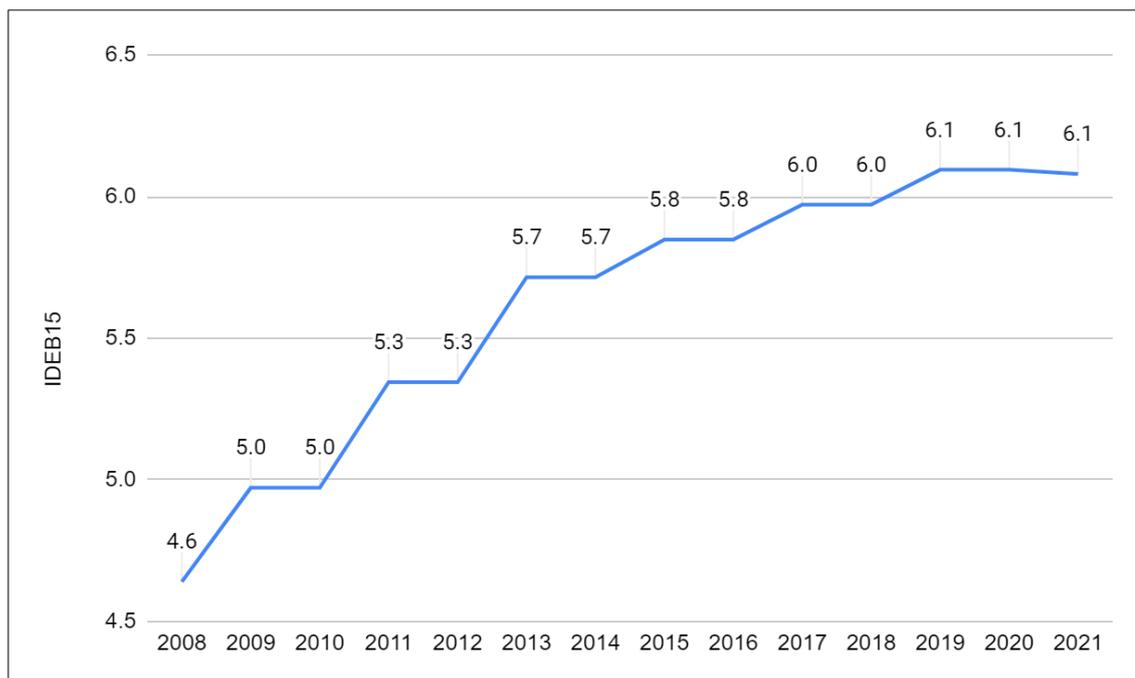
Figura 2 - Cobertura Vacinal da população no Estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2008 a 2021, em %



Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Quanto aos resultados do IDEB, de crianças do 1º ao 5º ano, para o Rio Grande do Sul, entre os anos de 2008 e 2021, verifica-se um aumento progressivo na pontuação, demonstrando que a educação avançou de forma positiva (Figura 3). Contudo, conforme o Portal do Ministério da Educação, o país está melhorando seus índices do ensino fundamental, porém, no ano de 2017, apenas os estados do Amapá, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não alcançaram suas metas (MEC, 2021).

Figura 3 – Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica Anos Iniciais nos anos de 2008 a 2021 no Estado do Rio Grande do Sul

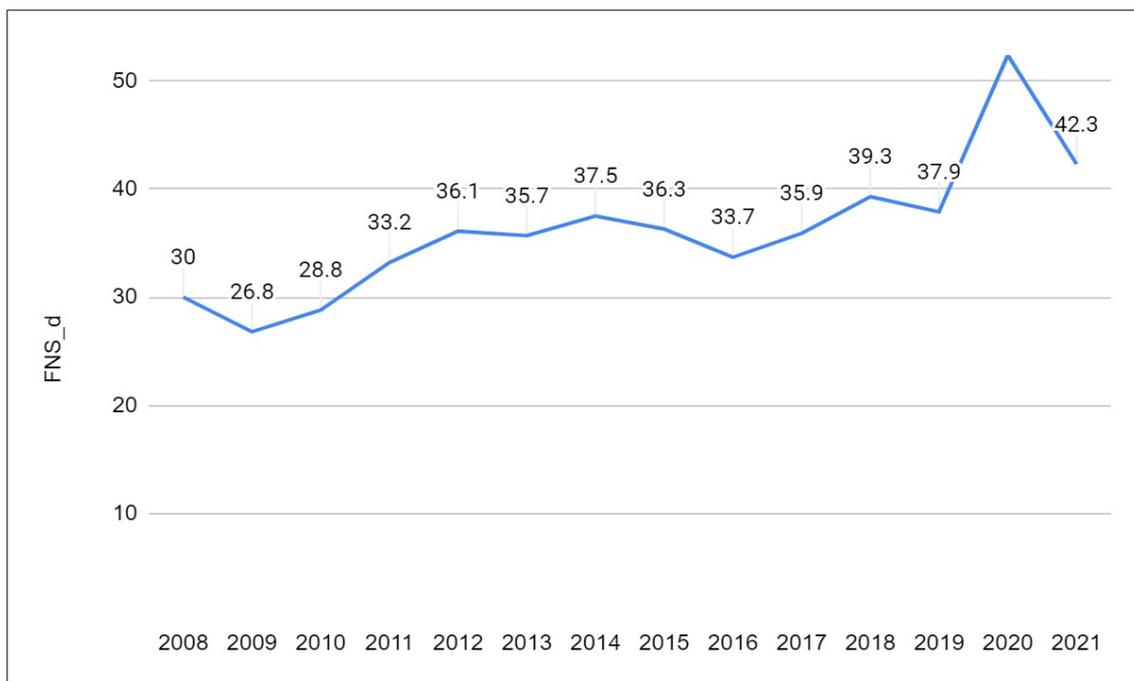


Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Seguindo, a Figura 4 apresenta a evolução dos repasses do Fundo Nacional de Saúde recebido pelo Rio Grande do Sul. O referido fundo apresentou aumento gradativo até 2019, porém, em 2020, ocorreu uma expressiva elevação, que fez os valores superarem os R\$5 bilhões, devido custeamento de ações para combater a Pandemia do COVID-19. Essa expansão foi possível Medida Provisória n. 924, que abriu o crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde e da Educação, no valor aproximado de R\$5,1 bilhões para ações contra o coronavírus; desta forma, o Ministério da Saúde destinou seus recursos para aos estados e municípios por meio de portarias (PADILHA, CAMARGO, ZANATTA, 2022).

Nessa linha, o governo do estado do Rio Grande do Sul divulgou em 2021 um documento, com a prestação de contas referente aos repasses federais de combate à Pandemia. No documento, o governo sinaliza que foram recebidos R\$826 milhões e que tais valores foram rigorosamente aplicados no combate ao coronavírus. Esses valores foram repassados aos municípios, para o aumento de leitos, compra de equipamentos, medicamentos, equipamentos de proteção, entre outros destinos para a saúde (RIO GRANDE DO SUL, 2021).

Figura 4 – Repasses do Fundo Nacional de Saúde para os municípios do estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2008 a 2021, em R\$ bilhões



Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

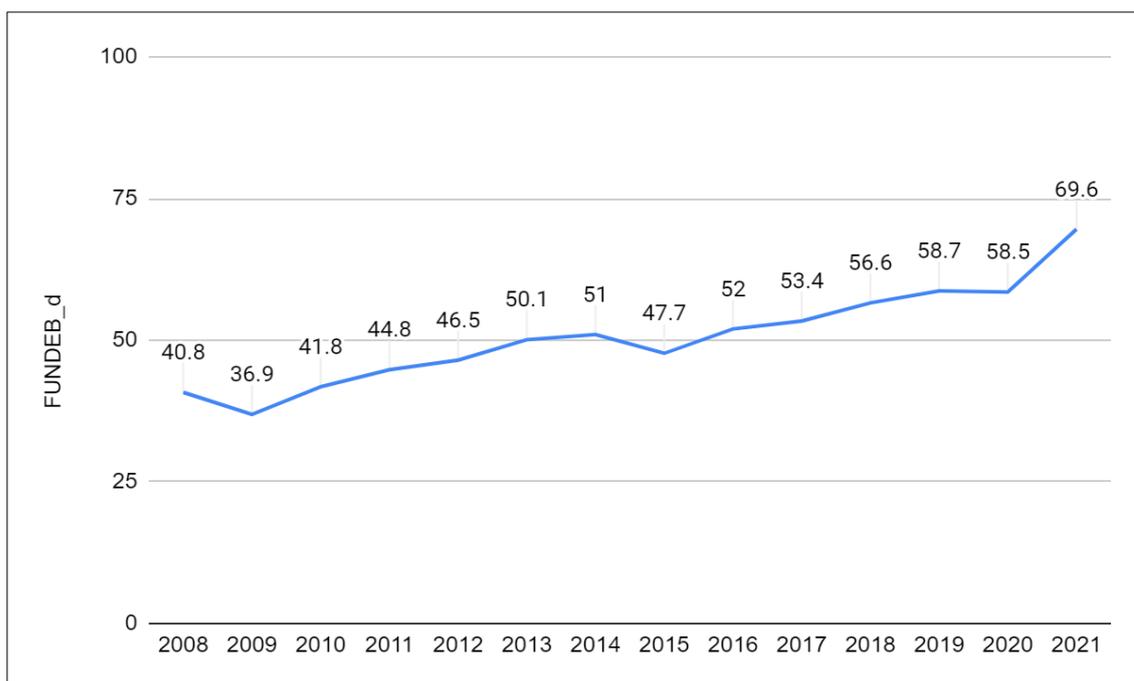
No caso do FUNDEB, conforme Figura 5, entre os anos de 2008 a 2021, os valores repassados para o Estado do Rio Grande do Sul evoluíram de forma crescente, em termos reais. Destaca-se o ano de 2021, onde houve uma elevação significativa dos valores repassados aos municípios. Esse aumento explica-se pela Emenda Constitucional n. 108, de 26 de agosto de 2020, que torna permanente o FUNDEB, e altera o repasse da União no Fundo de 10% para 23%. Esse aumento será gradual, iniciando em 2021 com 12%, e posteriormente passará para 15% em 2022; 17% em 2023; 19% em 2024; 21% em 2025; e 23% em 2026 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Conforme Martins (2018), quanto mais o IDEB cresce, maior é a relação com o FUNDEB por habitante, logo os recursos destinados ao fundo possuem uma grande importância na educação (MARTINS, 2018). Porém, Conte (2018) analisou o FUNDEB de todos os municípios do Rio Grande do Sul, no período de 2005 à 2014, e verificou que as receitas dos fundos contábeis de financiamento da educação para os municípios não têm contribuído para a redução das disparidades, pois as receitas possuem relação direta com o PIB e tamanho do município, desta forma favorecendo a desigualdade regional.

Albo (2014) verificou que, no município de Santa Vitória do Palmar, no estado do Rio Grande do Sul, o FUNDEB na rede pública municipal é suficiente para remunerar os

professores e também para custear os investimentos na manutenção e desenvolvimento da educação básica, contudo, mesmo tendo recursos suficientes não houve melhora no IDEB na rede municipal. Assim sendo, conquanto o recurso do FUNDEB seja importante para a melhora dos indicadores de educação, igualmente é relevante destacar que os gestores municipais tem grande papel na forma correta da aplicação do recurso repassado, para que efetivamente a educação tenha avanços.

Figura 5 – Repasses do Fundo Nacional da Educação Básica para o estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 2008 a 2021, em R\$ bilhões

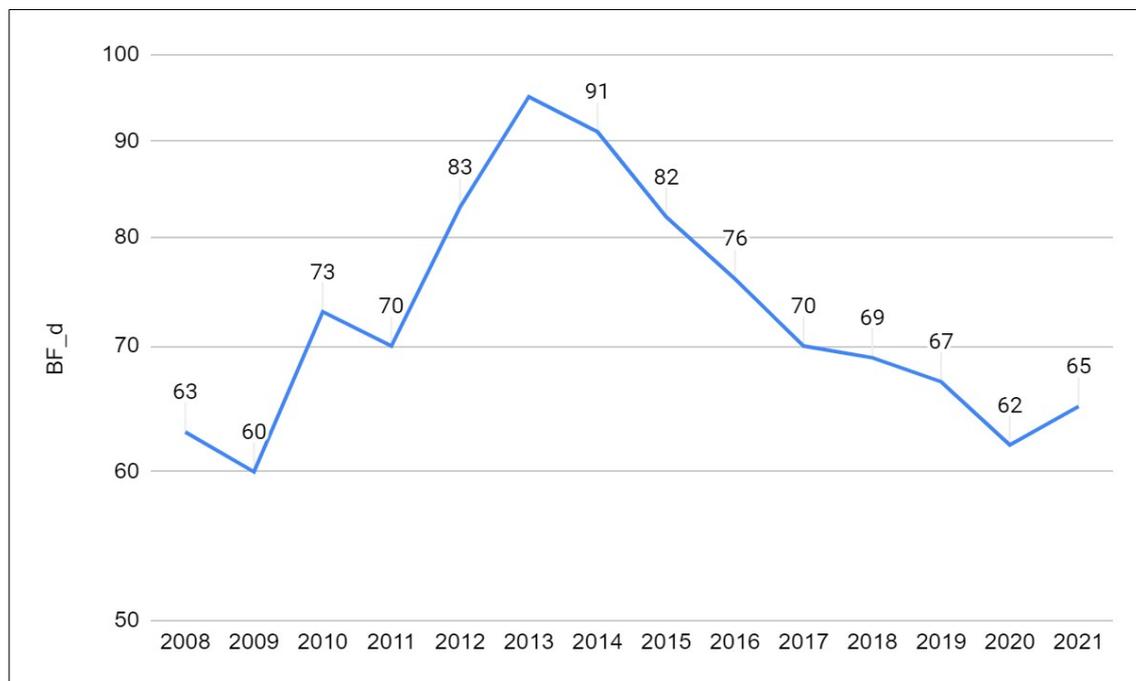


Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Por fim, a evolução dos recursos do Programa Bolsa Família para os municípios do Rio Grande do Sul, considerando o período 2008 à 2021, pode ser verificado na Figura 6. Nesta evolução, até 2013 os repasses aumentaram expressivamente, contudo, a partir desse ano houve uma queda progressiva dos valores repassados. Associado a essa redução, em 2016, houve igualmente queda expressiva do número de beneficiários.

Resultados na mesma linha foram encontrados por Petranski e Ternoski (2021) para um grupo de municípios do estado do Paraná, entre 2006 e 2015, os quais verificaram variações positivas entre 2006 à 2012, sendo que nos anos de 2008 à 2010 foram evidenciados os maiores crescimentos positivos, porém a partir de 2013, os repasses regrediram ano a ano com redução de -0,16%, passando para -3,09% em 2014, e -14,04% em 2015.

Figura 6 - Repasse de recursos do Programa Bolsa Família para os municípios do estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2008 a 2021, em R\$ bilhões



Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

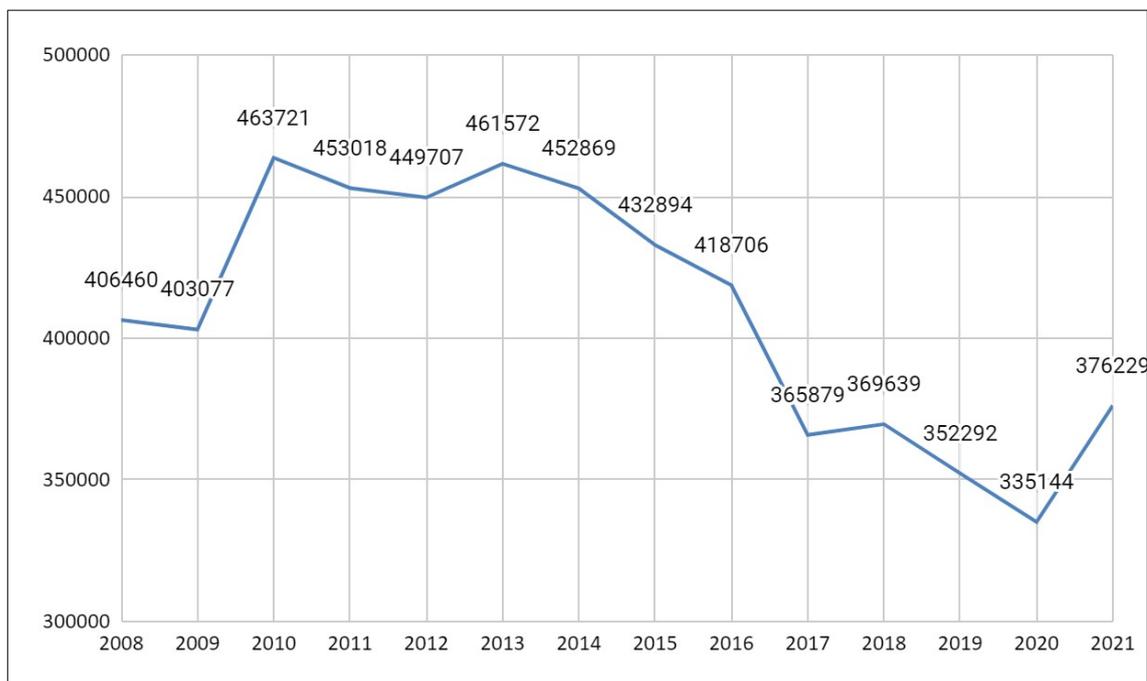
A evolução dos recursos do PBF é complementada pelas informações do número de famílias beneficiárias (Figura 7). Observa-se que o número de beneficiários acompanhou a queda dos valores repassados aos municípios. Tal situação pode ser explicada a partir das informações governamentais que informam que, a partir de 2013, houve um aprimoramento no cruzamento de informações em conjunto com os sistemas Senarc,¹ Inep² e Secadi³. Essas ações melhoraram as formas de cruzamento das informações a partir de um algoritmo que codifica as palavras junto ao fonemas e, desta forma, as pessoas foram identificadas não na escrita, mas sim na fonética (BRASIL, 2014).

1 Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC)

2 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

3 Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi)

Figura 7 – Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família dos municípios do estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2008 a 2021



Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Já em 2016, o Tribunal de Contas da União divulga nota informando que realizou uma auditoria nos dados do Cadastro Único e encontrou mais de 160.000 famílias com indícios de irregularidades (TCU, 2016). Portanto, uma das causas da diminuição das famílias beneficiárias se dá pelo avanço das formas de fiscalização implementadas a partir de 2013.

Por sua vez, no ano de 2021, ocorreu aumento dos repasses, invertendo a trajetória de queda, associado pandemia do COVID-19, momento em que diversas famílias ficaram sem emprego devido às medidas de contingenciamento para evitar a propagação do vírus. Desta forma, foram obrigadas a retornar ao programa para conseguir atender suas necessidades básicas de sobrevivência. Conforme Costa (2020), além da crise sanitária, uma das consequências da pandemia foi o aumento do desemprego, gerando o trabalho informal, de terceirizados, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial e subproletariado. Logo, essa população deveria ingressar em políticas de proteção social que busquem protegê-los da fome e da pobreza.

6.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PBF À CONDICIONALIDADE DA SAÚDE

6.2.1 Resultados dos testes estacionariedade e correções dos modelos

Para atingir o objetivo de analisar a influência do PBF nas condicionalidades da saúde dos municípios do Rio Grande do Sul, primeiramente, realizou-se os testes de estacionariedade, seguido dos ajustes necessários. Desta forma, avaliou-se a estrutura das séries, iniciando pela aplicação dos testes de raiz unitária. Para tal foram utilizados dois testes: o de Breitung e o de Im-Pesaran-Shin (IPS), definido pelo painel ser balanceado. Os testes de Breitung (2000) e Breitung e Das (2005) adotam uma tática diferente, ajustando os dados antes de ajustar um modelo para que os ajustes de viés não sejam necessários e assumem que o termo de erro não está correlacionado ao longo das unidades. Já o teste de Im, Pesaran e Shin (2003) pressupõe que o processo de raiz unitária é constituído individualmente, com parâmetros que variam de forma aleatória por indivíduos ou por grupo.

Na Tabela 2 apresentam-se os resultados dos testes de estacionariedade para as variáveis do modelo da saúde

Tabela 2 - Resultado do Teste de Estacionariedade de Breitung e IPS

Variável	Breitung		IPS	
	Coef.	Prob.	Coef.	Prob.
<i>CVac</i>	-26,5852	0,0000	-22,4706	0,0000
<i>ENutc010e</i>	-10,9130	0,0000	-10,3768	0,0000
<i>Bf_d</i>	-5,2504	0,0000	6,0920	1,0000
<i>Fns_d</i>	-7,1238	0,0000	-5,6497	0,0000
<i>Pibpc_d</i>	-5,3665	0,0000	-9,6167	0,0000

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Verifica-se que todas as variáveis rejeitaram a hipótese nula, logo indicam que a média e variância não são constantes ao longo do tempo, ou são não estacionárias (ou possuem raiz unitária). A partir disso, realizou-se os testes de cointegração propostos por Kao, Pedroni e Westerlund, conforme resultados na Tabela 3. Os resultados evidenciam a existência de cointegração, pela rejeição da hipótese nula, ao nível de significância de 1%, sugerindo que as séries analisadas guardam uma relação de equilíbrio de longo prazo.

Tabela 3 - Resultados dos testes de cointegração para os dois modelos estimados para evidenciar os efeitos do PBF sobre os níveis de saúde

Teste de Kao				
	Modelo 01		Modelo 02	
Teste	Coef.	Prob.	Coef.	Prob.
Dickey-Fuller	-29,7187	0,0000	-2,6640	0,0039
Unadjusted modified Dickey-Fuller	-42,8785	0,0000	-14,4696	0,0000
Unadjusted Dickey-Fuller	-36,5446	0,0000	-10,0690	0,0000
Teste de Pedroni				
Teste	Coef.	Prob.	Coef.	Prob.
Modified Phillips-Perron	8,35	0,0000	11.1926	0,0000
Phillips-Peron	-46,7326	0,0000	-24,8100	0,0000
Augmented Dickey-Fuller	-45,0066	0,0000	-23,4785	0,0000
Teste de Westerlund				
Teste	Coef.	Prob.	Coef.	Prob.
Variance Ratio	-10,7924	0,0000	-6,8646	0,0000

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Definida a estrutura das séries, posteriormente, realizou-se o teste de Hausman, o qual tem por finalidade estimar se o painel de efeitos fixos ou se o painel de efeitos aleatórios é mais indicado para a análise. Logo, a hipótese nula traz que a utilização de painel de efeitos aleatórios é mais indicado, e caso seja rejeitada a hipótese nula a utilização de painel de efeitos fixos é mais indicado. Para corroborar com o teste de Hausman foi realizado o teste Breusch-Pagan, o qual testa se o vetor de variância ν é igual a zero, tendo em H_0 que esse vetor é igual a zero. A partir dos resultados de ambos os testes pode-se concluir que o modelo de efeitos fixos é indicado à estimação para os modelos, conforme Tabela 4.

Tabela 4 - Resultado do teste de seleção dos modelos – Hausman e Breusch-Pagan

Variável	Modelo	Estatística	p-value
Hausman	Modelo 1	95,01	0,0000
	Modelo 2	102,35	0,0000

Breusch-Pagan	Modelo 1	630,55	0,0000
	Modelo 2	907,33	0,0000

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Selecionados os modelos, aplicou-se os testes de diagnóstico, a partir do teste de autocorrelação de Wooldridge, que tem em H_0 a ausência de autocorrelação serial, de forma oposta, em H_1 a presença de informações de períodos passados influenciando o comportamento dos erros, e o teste de Wald para heterocedasticidade, que tem em H_0 a ausência de heterocedasticidade e, em H_1 , que os resíduos não possuem variância constante. Os resultados encontram-se na Tabela 5.

Tabela 5 – Resultados dos testes de diagnóstico dos modelos

Teste	Modelo	Estatística	p-value
Wooldridge	1	35.637	0,0000
	2	1.048	0,3067
Wald	1	1.247,63	0,0000
	2	2.700	0.0000

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Para o Modelo 1, os resultados dos testes de Wooldridge e Wald indicam a rejeição da hipótese nula, evidenciando autocorrelação e heterocedasticidade. A partir disso, faz-se necessário estimar um modelo com o objetivo de eliminar os efeitos da autocorrelação serial e da desigualdade de variâncias. A correção de ambos os problemas foi realizada pela estimação do modelo Prais-Winsten (*Linear regression with panel-corrected standard erros - PCSE*). Para o Modelo 2, o teste de Wooldridge não indicou correlação serial, entretanto, o de Wald confirmou a presença de heterocedasticidade. Desta forma, a correção de White foi aplicada para eliminar o problema relacionada a matriz de variâncias.

6.2.2 Resultados para a análise do PBF na saúde

Considerando os resultados dos testes de adequação e de diagnóstico, os modelos para os indicadores de saúde foram estimados, conforme resultados encontrados na Tabela 6. O Modelo 1 tem como variável explicada a Cobertura Vacinal (CVAC) e o Modelo 2, o Estado Nutricional de crianças de 0 a 10 anos, com eutrofia, beneficiárias do PBF. E como variáveis explicativas o Fundo Nacional de Saúde (FNS), o Produto Interno Bruto *per capita* (PIBpc) e o Repasse do Programa Bolsa Família (PBF). Ambos os modelos foram estimados com as variáveis em logaritmo, transformação que permite analisá-las em termos de elasticidades.

Tabela 6 – Resultados das estimações do Modelo 1 e 2.

Indicador	Variável	Modelo 01 – Cvac		Modelo 02 – Enut		Efeito esperado
		Coefficiente	Prob.	Coefficiente	Prob.	
Saúde	FNS	0,0097 (0,1802)	0,590	-0,2885 (0,400)	0,000	>
	PIBpc	0,0901 (0,0246)	0,000	0,0604 (0,0640)	0,345	>
	PBF	-0,0361 (0,0155)	0,020	0,7524 (0,0401)	0,000	>
R^2		0,949		0,719		

Obs.: () se refere ao erro-padrão
 Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Verifica-se que o Modelo 1 apresentou resultado elevado para o ajuste, com R^2 igual a 0,949, demonstrando que as variáveis explicativas permitem explicar aproximadamente 95% das variações da variável dependente. Os sinais encontrados seguem as relações esperadas, conforme a literatura e foram estatisticamente significativos, exceto a variável PBF, que apresentou relação contrária. Já o Modelo 2 apresentou um R^2 de 0,719, o que indica que cerca de 72% das variações da variável Estado Nutricional de crianças de 0 a 10 anos, com eutrofia, beneficiárias do PBF foram explicadas pelas variáveis inseridas no modelo. Ainda, as variáveis explicativas foram significativas e as relações estão de acordo com as relações esperadas, exceto para a variável FNS que apresentou sinal contrário.

Quanto ao Modelo 1, o Fundo Nacional de Saúde (FNS) apresentou relação positiva com a cobertura vacinal, indicando que, quanto maior o repasse, maior a cobertura vacinal,

conquanto o crescimento tenha sido marginal. Em valores, para cada 1% de aumento no *FNS*, a *CVac* aumenta em aproximadamente 0,01%. Contudo, para o Modelo 2, as crianças beneficiárias do PBF, de 0 a 10 anos, com eutrofia apresentaram relação negativa com o *FNS*, indicando uma relação contrária entre o repasse do fundo e o número de crianças com eutrofia. Para ambos os modelos, as estimativas foram significativas a 1%.

Em relação aos repasses à saúde e os indicadores de vacinação, os recursos do Fundo Nacional de Saúde devem ser utilizados à prevenção e a conscientização da população acerca das ações de saúde. Ressalta-se que, o Brasil investiu recursos volumosos no Programa Nacional de Imunizações, na vigilância de eventos adversos pós-vacinais, para ter um atendimento universal, no sistema de informação, além disso descentralizou ações e promoveu capacitações aos gestores em todos os âmbitos (BRASIL, 2003). Essas evidências reforçam os resultados encontrados por Zahdi, Júnior e Maluf (2009), os quais verificaram que, para cada dólar investido na vacinação, US\$2,26 são economizados no tratamento.

Por outro lado, o resultado inverso entre *FNS* e o estado nutricional de crianças 0 a 10 anos, beneficiárias do programa de transferência de renda, pode ser explicado, em certa medida, a partir da análise da evolução dos repasses realizados e das mudanças ocasionadas pela pandemia do COVID-19, quando a pesagem dos beneficiários do programa tornou-se não obrigatória. A partir disso, houve uma queda drástica dos números de pesagem e, em contrapartida, ocorreu um aumento considerável no montante de recursos repassados para o *FNS*, a fim de financiar ações de combate à pandemia, conforme verificado nas Figuras 1 e 4.

Ao analisar os valores repassados a todos os municípios do Rio Grande do Sul, verificou-se que a média dos recursos do *FNS*, de 2008 a 2019, foi de R\$3,4 trilhões/ano, enquanto que a média de 2020 e 2021 subiu para R\$ 4,7 trilhões/ano, correspondendo a um crescimento de aproximadamente 38%. Por outro lado, a média de crianças avaliadas entre 2008 e 2019 foi de 84.250, enquanto que, de 2020 e 2021, foi cerca de 50% menor (41.022). Logo, não descarta-se que o resultado negativo pode ser estar relacionado pelo baixo número de crianças avaliadas em 2020 e 2021, mesmo com o substancial aumento no volume de recursos, conquanto a expansão dos recursos tenha sido direcionada, em grande medida, para ações de combate a pandemia.

O Produto Interno Bruto *per capita* apresentou relação positiva e significativa em ambos os Modelos (1 e 2). A partir disso, pode-se inferir que a produção econômica dos municípios do Rio Grande do Sul tende a elevar a cobertura vacinal e o número de crianças de

0 a 10 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família em estado de eutrofia. Quantitativamente, esta relação positiva é de 0,09%, para a cobertura vacinal, e de 0,06% para o estado nutricional.

Nessa linha, Campoli et al. (2019) verificaram que o PIB *per capita* demonstrou significância para a queda de pobres e extremamente pobres, da desnutrição e da mortalidade infantil e contribuiu para a expectativa de vida. Igualmente, Barbosa et al. (2023) constataram um aumento da prevalência de sobrepeso enquanto há diminuição do PIB *per capita* e do IDH. Desta forma, os resultados encontrados corroboram as evidências, uma vez que o PIB *per capita* possui relação positiva com o estado nutricional eutrófico de crianças, promovendo uma melhora na segurança alimentar e nutricional das crianças de 0 a 10 anos beneficiárias do PBF, do estado do Rio Grande do Sul.

Também, os níveis de renda mais elevados indicam populações com mais acesso e estudo, o que necessariamente contribui para melhores condições de saúde. Nessa mesma linha, Ortiz (2022) destaca que o país que possui crescimento econômico, possui uma possibilidade de também desenvolver-se socialmente, pois o produto agregado gerado é uma ferramenta de cálculo, onde é medido toda a produção que foi consumida no país, em forma de renda.

Munaretto et al. (2018) ao analisar o PBF no Rio Grande do Sul verificaram que, de 43 municípios analisados, 12 apresentaram percentuais de dependência do PBF acima da média do Brasil que era de 20,78%, e que 37 apresentaram dependência acima da média do estado, que era de 8,35% da população. Isso demonstra o quanto o programa de transferência de renda é importante para os municípios do estado e que as condições econômicas do local influenciam nas condições de sobrevivência desta população.

E quanto aos repasses do Programa Bolsa Família, obteve-se relação positiva e significativa para o Modelo 2, corroborando com o resultado esperado. Logo, o estado nutricional de eutrofia de crianças de 0 a 10 anos beneficiárias do PBF tende a melhorar com o aumento dos repasses do PBF; neste caso, em uma relação de 0,75% para cada 1% nos repasses. Já a cobertura vacinal teve uma relação negativa, contrariando as evidências empíricas. Esse resultado *a priori* não esperado, pode estar refletindo a constante redução de crianças sendo imunizadas nos últimos anos como também o período da pandemia do COVID-19, que teve repercussões sociais e nos cuidados de saúde preventiva, com efeitos importantes sobre a saúde das crianças e mulheres em estado gestacional. Para isso, o programa buscou apoio junto às redes de serviços existentes, como a Estratégia Saúde da Família, para o cumprimento das condicionalidades de saúde dos beneficiários.

No caso do estado nutricional, o impacto significativo dos repasses do Programa Bolsa Família demonstra que a política de transferência de recursos impacta positivamente o consumo alimentar das famílias beneficiárias, demonstrando que o objetivo de minimizar a situação das pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, especificamente, com déficit alimentar, tem sido, direta e/ou indiretamente, atenuado.

Os diversos estudos já apontaram essa relação positiva com o PBF. Neri (2017) e Santos et al. (2020) relacionaram o programa a um aumento da segurança alimentar e nutricional. Igualmente, Rasela et al. (2013) destacam que o PBF pode contribuir à redução da mortalidade infantil, em especial, de mortes ligadas a pobreza, como a desnutrição e a diarreia. Complementando, Segura-Perez, Grajeda e Perez-Escamila (2016), em revisão sistemática, concluíram que o PBF possui efeitos positivos sobre os índices antropométricos infantis e que o programa melhora a segurança alimentar e a ingestão de alimentos entre crianças pequenas, bem como a saúde geral e a sobrevivência das crianças.

Para a cidade de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, Oliveira, Cavalheiro e Bonella (2009) concluíram que o PBF é fonte de segurança alimentar de famílias pobres e promove o alívio imediato das necessidades básicas do ser humano. Na mesma linha, Santos (2007) ao estudar o Conselho Regional de Desenvolvimento do Norte do Rio Grande do Sul, concluiu que a pobreza se constitui como outra face do desenvolvimento capitalista, logo para que haja redução é necessário mais recursos alocados às áreas sociais e também maior qualidade na intervenção do Estado. Igualmente, Fabel e Teles (2018) demonstraram que a medida unidimensional de pobreza, focada apenas na renda, é insuficiente para as necessidades dos mais pobres, pois a pobreza possui várias dimensões, como saúde, educação, emprego, entre outras. Desta forma, a multidimensionalidade torna-se prioridade nas políticas sociais e traz um grande desafio: auxiliar na melhor escolha de ações para combater a pobreza.

Ainda, na perspectiva municipal, Kuhn e Tonetto (2017) ao analisar os municípios do estado do Rio Grande do Sul, concluíram que a oferta de benefícios às famílias gaúchas é importante na economia, sobretudo, em municípios com até 10.000 habitantes, pois são esses os que possuem o maior percentual de beneficiários em relação à população total.

Quanto a relação negativa da cobertura vacinal, a cobertura vacinal nacional teve uma queda significativa nos últimos anos, passando de 95,07% em 2015 para 67,94% em 2022. O estado do Rio Grande do Sul igualmente apresentou retração, passando de 87,69% em 2015 para 70,77% em 2022 (DATASUS, 2023). Essa redução na cobertura vacinal foi também

destacada pela Fundação Oswaldo Cruz (2022), que enfatizou que esse cenário está relacionado a doença que já estavam erradicadas, como o sarampo, que foi erradicado em 2016, porém em 2018 novos casos foram confirmados. Ainda, a Fundação Oswaldo Cruz (2022) alerta que a pandemia também agravou as baixas coberturas, uma vez que as recomendações eram para realizar o distanciamento social, logo promoveram o afastamento da população das unidades de saúde para realizar a vacinação.

Desta forma, o resultado negativo da relação da vacinação com o PBF pode ser justificado pela baixa adesão das famílias às campanhas de vacinação. Os estudos demonstram as prováveis causas desta queda da vacinação, entre elas: a percepção errônea de que não é necessário fazer, pois a doença não está ativa; não conhecer o programa de imunização; medo de reações adversas; falta de tempo dos pais e cuidadores para levar os filhos à unidade de saúde; desaconselhamento de profissionais de saúde para tomar determinadas vacinas; falta de confiança em relação às fórmulas das vacinas e sua eficácia; vacinas estarem disponíveis apenas na rede particular e divulgação insuficiente (FRANCO *et al.*, 2020; MOURA *et al.*, 2020).

Essas hipóteses corroboram os resultados divergentes já evidenciados. Caso de Ford *et al.* (2020) que não encontraram associação entre a cobertura vacinal e o PBF, apesar de ser condição para o recebimento do benefício; enquanto que Cattelan, Mello e Bezerra (2020) verificaram que a vacinação, no estado do Paraná, apresentou expressivo aumento na média de imunização considerando os repasses do programa de transferência de renda. Ainda, esses resultados reforçam que a política de imunização impacta de forma diferenciada as regiões do país, apesar de a campanha ser nacional, a execução é municipal, entes públicos que são altamente heterogêneos em termos de estrutura e gestão pública.

Destaca-se que a vacinação e estado nutricional dentro de padrões normais estão de acordo com as condições para diminuir a mortalidade infantil, e vários estudos associaram o PBF com a redução da mortalidade infantil (SHEI, 2013; RASELA *et al.*, 2013; GUANAIS, 2014; CRUZ, MOURA, NETO, 2017; SILVA, PAES, SILVA, 2018; SILVA, PAES, 2019) demonstrando a importância dessa política pública à vida das pessoas que estão em vulnerabilidade social.

Para finalizar, os resultados, em sua maioria, encontram-se alinhados as evidências empíricas, corroborando a relevância do Programa Bolsa Família na melhoria das condições sociais dos beneficiários. Todavia, destaca-se que à melhora da qualidade de vida das pessoas

em situação de vulnerabilidade social é necessário mais investimentos em saúde e também nas condições econômicas. Tal resultado também foi encontrado por Ancochea e Mattei (2011) e Denes, Komatsu e Meneses-Filho (2018), os quais evidenciaram que, para ocorrer melhora nos resultados de saúde e educação, além da diminuição da pobreza e desigualdade a longo prazo, deve haver a ampliação dos serviços de saúde e educação, juntamente com a melhoria nas condições econômicas.

6.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PBF À CONDICIONALIDADE DO EDUCAÇÃO

6.3.1 Resultados dos testes estacionariedade e correções dos modelos

Para atingir o objetivo de analisar a influência do PBF nas condicionalidades da educação dos municípios do Rio Grande do Sul, primeiramente, realizou-se os testes de estacionariedade e testes de diagnóstico. A partir disso, avaliou-se a estrutura das séries, iniciando pela aplicação dos testes de raiz unitária de Fisher, proposto por Choi (2001), nas versões de Augmented Dicker Fuller (ADF) e Phillips-Perron (PP), com tendência. Esse teste tem como hipótese que n é finito e $t \rightarrow \infty$ de modo que a raiz do teste para cada painel é consistente, tendo em H_0 a presença de raiz unitária e foi adotado por ser mais adequado para painel não balanceado (GREENE, 2012). Os resultados encontram-se na Tabela 7.

Tabela 7 - Resultado do Teste de Estacionariedade

Variável	Inverse chi-squared (p)		Modified inv. chi-squared	
	Coef.	Prob.	Coef.	Prob.
<i>Fundeb_d</i>	669,9560	0,8997	-1,2678	0,8976
<i>Ideb_d</i>	1849,6327	0,0000	29,8626	0,0000
<i>Bf_d</i>	529,7636	1,0000	-4,9682	1,0000
<i>Pibpc_d</i>	1107,0263	0,0000	10,2660	0,0000

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Verifica-se que os resultados para ambas as especificações indicam que metade das variáveis são estacionárias em nível (*Pibpc_d* e *Ideb_d*), enquanto que a outra não apresentou estacionariedade (*Bf_d* e *Fundeb_d*). Entretanto, essas propriedades podem não implicar em resultados espúrios caso as séries apresentem comportamento comum no longo prazo.

Em seguida, realizou-se o teste de Hausman, o qual tem por finalidade estimar se o painel de efeitos fixos ou se o painel de efeitos aleatórios é mais indicado para a análise. Para corroborar foi realizado o teste Breusch-Pagan, o qual testa se o vetor de variância ν é igual a zero, tendo em H_0 que esse vetor é igual a zero. A partir dos resultados de ambos os testes pode-se concluir que o modelo de efeitos fixos é mais adequado para o conjunto de dados utilizado (Tabela 8).

Tabela 8 - Resultados dos testes de seleção dos modelos

Variável	Modelo	Estatística	<i>p-value</i>
Hausman	Modelo 3	3536,57	0,0000
Breusch-Pagan	Modelo 3	4083,50	0,0000

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Após a definição dos modelos e estrutura das séries, aplicou-se os testes de diagnóstico, de autocorrelação de Wooldridge, que tem em H_0 a ausência de autocorrelação serial, de forma oposta, em H_1 a presença de informações de períodos passados influenciando o comportamento dos erros, e de Wald para heterocedasticidade, que tem em H_0 a ausência de heterocedasticidade e, em H_1 , que os resíduos não possuem variância constante.

Os resultados de ambos os testes indicam a rejeição da hipótese nula, sugerindo a presença de autocorrelação e de heterocedasticidade (Tabela 9). Essas evidências determinam a necessidade de estimar um modelo com o objetivo de reduzir os efeitos da autocorrelação serial e da heterocedasticidade.

Tabela 9 – Resultados dos testes de diagnóstico de Wooldridge e de Wald

Teste	Modelo	Estatística	<i>p-value</i>
Wooldridge	Modelo 3	8819,677	0,0000
Wald	Modelo 3	15422,93	0,0000

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

A partir disso, o Modelo 3 foi estimado a partir da *Linear regression with panel-corrected standard errors* (PCSE), o qual permite a correção dos problemas encontrados.

6.3.2 Resultados para a análise do PBF na educação

Os resultados das estimações para avaliar o impacto sobre a condicionalidade de educação (Modelo 3), utilizando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a partir das variáveis Fundo Nacional da Educação Básica (FUNDEB), Produto Interno Bruto *per capita* (PIBpc) e Repasse do Programa Bolsa Família (PBF), encontram-se Tabela 10. O modelo foi estimado com as variáveis em logaritmo, permitindo analisar as estimativas como elasticidades.

Tabela 10 – Resultados das estimações do Modelo 3.

Indicador	Variável	Modelo 03 – IDEB		Efeito esperado
		Coefficiente	Prob.	
Educação	<i>FUNDEB</i>	0,0537 (0,0151)	0,000	>
	<i>PIBpc</i>	0,7521 (0,2172)	0,001	>
	<i>PBF</i>	-0,0614 (0,0123)	0,000	<
R^2		0,947		

Obs.: () se refere ao erro-padrão
 Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

O modelo apresentou ajustamento de 0,947, demonstrando que as variáveis explicativas permitem explicar cerca de 94,7% das variações da condicionalidade educação, e as estimativas foram estatisticamente significativas e estão alinhadas com as expectativas teóricas.

Analisando, o Fundo Nacional da Educação apresentou relação positiva com o IDEB, indicando que, quanto maior o volume de repasse, maior o resultado do IDEB dos municípios do estado do Rio Grande do Sul. Para cada 1% de aumento nos repasses do FUNDEB, o IDEB aumenta em aproximadamente 0,05%. No mesmo sentido, a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* amplia as condições de educação, elevando as notas do IDEB. Especificamente, para cada 1% do PIB *per capita* há um aumento de 0,75% no IDEB.

Silva e Cavalcante (2018) fizeram uma análise inversa, ao utilizar o PIB *per capita* para medir a riqueza dos municípios e os anos médios de estudos para medir a escolaridade, e encontraram que a escolaridade atua de forma positiva sobre a riqueza dos municípios. Essas

evidências corroboram os resultados encontrados, quando concluem que, quanto maior a escolaridade média da população maior será o produto agregado municipal. A partir da teoria do capital humano, com a educação de qualidade gerando condições de expansão econômica, a partir do aumento de habilidades e, essas, por sua vez, melhoram as oportunidades profissionais e sociais dos indivíduos.

E quanto aos repasses do PBF, a relação foi negativa com a condicionalidade de educação, medida pelo IDEB. Para cada 1% dos repasses do PBF às famílias beneficiárias, estimou-se uma diminuição nas notas do IDEB em 0,06%. Esse resultado alinha-se aqueles encontrados por Kuhn e Tonetto (2017), quando encontrou que os municípios gaúchos tiveram diminuição das taxas de abandono escolar decorrente as condicionalidades do PBF, e por Duarte (2013) e Denes, Komatsu e Meneses-Filho (2018), que encontraram que o PBF exerce efeito negativo sobre o IDEB, argumentando que há interferência na qualidade do ensino. Em contraposição, Kern (2018) constatou que ocorreu um aumento na matrícula escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família na região Nordeste.

Ainda, Silva (2018) demonstra que há diferença no desempenho de crianças beneficiárias, sendo que o resultado é menor para os beneficiários comprado ao grupo de controle, destacando que essa diferença é atenuada ao longo do tempo, concluindo que as famílias carentes possuem restrições para investir em educação no presente, devido à limitação de recursos financeiros; desta forma, o repasse realizado juntamente com condicionalidades promoveria melhoria do acesso ao serviço.

Nesta linha, Pavan (2017) argumenta que não basta apenas aumentar o investimento *per capita* aluno para melhores desempenhos na educação, pois quanto mais elevado socioeconomicamente for o município, espera-se haver melhor gestão administrativa, maior participação da sociedade civil e, conseqüentemente, maior renda *per capita*, saúde, saneamento, moradia, campo de trabalho, lazer e cultura. Todavia, faz-se importante incentivar que os beneficiários do PBF frequentem a escola, pois conforme Marcelino e Couto (2022) verificaram, há uma forte relação entre o nível de escolaridade e a redução da pobreza ao analisar beneficiários do programa de transferência de renda.

De outro modo, há evidências que demonstram que a condicionalidade da educação conseguiu melhorar outras questões importantes na educação de pessoas em vulnerabilidade social, aumentando o percentual de aprovações dos alunos do ensino médio (CATTELAN, MELLO, BEZERRA, 2020), o aumento na frequência escolar (CACCIAMALI, TATEI,

BATISTA, 2010; PAULI, FRAGA, VIEIRA, 2015), a redução nas taxas de analfabetismo (PAULI, FRAGA, VIEIRA, 2015; SILVA, PAES, 2019) e a redução da taxa de distorção idade-série (ARAÚJO, FRIO, ALVES, 2021).

Assim, ao longo dos anos, a condicionalidade da educação poderá promover um impacto positivo na redução da pobreza das famílias em vulnerabilidade social, apesar de, no curto prazo, não refletir os índices educacionais mais elevados. Contudo, é importante destacar a questão social que as crianças enfrentam, pois vivem em situação de vulnerabilidade e, portanto, possuem dificuldades que interferem no rendimento escolar (alimentação inadequada, moradia insalubre, problemas familiares, entre outros fatores). Sendo assim, a educação, como condição para o recebimento do recurso, possui vários fatores que a modificam, além do PIB e do FUNDEB, como aspectos sociais que podem promover melhorias.

A partir desse contexto, é fundamental que os gestores públicos atentem para as questões que não podem ser resolvidas unicamente com o aumento dos repasses financeiros aos municípios ou para as famílias carentes, mas faz-se necessário aplicar recursos financeiros de forma assertiva, gerando assim condições para as crianças melhorarem o rendimento educacional.

7. CONCLUSÕES

O trabalho teve como objetivo analisar a influência do Programa Bolsa Família (PBF), por meio das condicionalidades, nos indicadores de saúde e educação dos municípios do estado do Rio Grande do Sul, no período de 2008 a 2021. Para atingir esse objetivo foi aplicada a metodologia e dados em painel. Para tanto, foram estimados três modelos para avaliação, sendo dois modelos utilizando indicadores de saúde (cobertura vacinal e estado nutricional de crianças eutróficas de 0 a 10 anos de idade beneficiárias do PBF) e um com indicador de educação (Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB).

Os resultados para os indicadores de saúde evidenciaram que o Programa Bolsa Família possui relação negativa com a cobertura vacinal nos municípios do Rio Grande do Sul, enquanto que o repasse de recursos do Fundo Nacional de Saúde e o PIB *per capita* elevam a cobertura vacinal (Modelo 1). Já o estado nutricional é impactado positivamente pelos recursos do PBF e pelo PIB *per capita* e negativamente pelo FNS (Modelo 2).

A relação negativa entre a cobertura vacinal e os repasses de recursos, que *a priori* contrária ao esperado, encontra alguns argumentos não desconsideráveis, como a baixa procura pela vacinação nos últimos anos em todo o Brasil, reflexo da percepção errônea das famílias quanto a necessidade de fazer as vacinas, situação que foi agravada pela pandemia do COVID-19, que prejudicou os índices de vacinação em virtude das regras de isolamento social.

De outro lado, o PBF possibilitou elevar o estado nutricional de crianças eutróficas de 0 a 10 anos de idade beneficiárias do programa ao ampliar a segurança alimentar e nutricional, dado que, com o valor monetário repassado, as famílias conseguem ter mais acesso à compra de alimentos. Também, como uma das condicionalidades é a frequência escolar, estas crianças recebem a merenda escolar oferecida nas escolas por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

E para os indicadores de educação, o Programa Bolsa Família impactou negativamente nos índices municipais da educação básica. Esse resultado aponta que, apesar de as crianças serem obrigadas a irem a escola para receber o benefício, essa condição não é suficiente para que elas aprendam e desenvolvam-se, dado que ainda enfrentam outras situações de vulnerabilidade social, portanto, são necessárias políticas conjuntas que atuem minimizando estes impactos, que se são de natureza multidimensional.

Complementando, os recursos do FUNDEB e o produto econômico apresentaram relação positiva com os indicador educacional, demonstrando que aumentar os investimentos

em educação como também fortalecer a atividade econômica dos municípios contribui para melhorar a qualidade da educação.

Os resultados destacaram a importância da implementação de políticas públicas para melhorar as condições das famílias que vive em situação de vulnerabilidade social, uma vez que o renda *per capita* demonstrou ter relação positiva com todos os indicadores avaliados; portanto, a administração pública deveria proporcionar condições para que o município desenvolva suas atividades econômicas, a partir da alocação de recursos e da oferta de serviços públicos adequados, situações necessárias para a melhoria da qualidade de vida e da diminuição das desigualdades sociais.

Ainda, para melhorar as condições sociais e a efetividade do programa de transferência de recursos, é necessário considerar fatores multidimensionais e não apenas os valores monetários repassados às famílias carentes e os direitos à saúde e a educação. É importante fortalecer e gerir de forma eficaz os recursos investidos nas áreas de saúde e educação, bem como promover outras políticas sociais, como de habitação e emprego, que beneficiem esta parcela da população e atuem em forma conjunta com o PBF.

O trabalho trouxe evidências para a política de repasses de recursos condicionados, porém, algumas limitações devem ser consideradas: a) a inexistência de dados para todos os anos de vigência do PBF determinou o recorte analítico a partir do ano de 2008; b) a análise foi aplicada somente para o estado do Rio Grande do Sul, visto que o Brasil possui uma diversidade cultural, social e econômica, os resultados podem divergir em função das características, como também da forma de implementação das políticas públicas. A partir dessas limitações, como sugestão para trabalhos futuros, ressalta-se a importância de análises regionais e também a realização de estudo considerando as novas diretrizes do PBF.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcelo; ARAUJO, Carlos Henrique. **Bolsa-escola: educação para enfrentar a pobreza**. Unesco, 2002.

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista Do Serviço Público**, v. 51, n. 4, p. 5-60, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v51i4.334>. Acesso em 28 de abril de 2022.

Albo, Joseane Soldati. **FUNDEB: recursos disponibilizados e sua aplicação no município de Santa Vitória do Palmar (RS)**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização em Gestão Pública). Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/15261>. Acesso em 27 de julho de 2023.

ANCOCHEA, D. S; MATTEI, L. Lauro Mattei. Bolsa Família, poverty and inequality: Political and economic effects in the short and long run. **Global Social Policy**, v. 11, n. 2, p. 299 –318, 2011. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1468018111421297>. Acessado em 01 de dezembro de 2021.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. Análise de séries temporais em vigilância em saúde. 2022. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7057128/mod_resource/content/1/Ebook_Curso_Analise_Series_Temporais.pdf. Acessado em 16 de outubro de 2023.

ARAUJO, Jevuks Matheus de; ALVES, Janielle do Amaral; BESARRIA, Cássio da Nóbrega. O impacto dos gastos sociais sobre os indicadores de desigualdade e pobreza nos estados brasileiros no período de 2004 a 2009. **Revista de Economia Contemporânea**. v. 17, n. 2, pp. 249-275, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-98482013000200003>>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

ARAÚJO, Jevuks Matheus; FRIO, Gustavo Saraiva; ALVEZ, Pedro Jorge Holanda. O efeito do Bolsa Família sobre a distorção idade-série. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 51, n. 02. p. 343-371. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0101-41615125jgp>. Acesso em 9 dezembro de 2021.

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 29-39.

BARBIERI, Carolina Luísa Alves. Imunização e cobertura vacinal: passado, presente e futuro. 221 p. Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2021. Disponível em: <https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2021/05/IMUNIZA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em 11 de outubro de 2023.

BARBOSA, Brena Barreto *et al.* Food and Nutrition Surveillance System (SISVAN) coverage, nutritional status of older adults and its relationship with social inequalities in Brazil, 2008-2019: an ecological time-series study. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. v. 32, n. 1, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2237-96222023000100034>>. Acesso em 12 de junho de 2023.

BARROS, Ricardo et al. Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil (Texto Para Discussão Nº 1460). **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. 2010. Brasília. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2572/1/TD_1460.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

BARROS, Ricardo; CARVALHO, Mirela de; MENDONÇA, Rosane. Dimensionando o Programa Bolsa Família. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília, Ago. 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9632>. Acessado em: 22 jun. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BOYADJIAN, Ana Carolina Paes de Barros. **Os programas de transferência de renda em países específicos da América Latina e no Brasil**. 2009. 95 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9385>. Acesso me 22 de abril de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm>. Acessado em: 23 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.332 de 19 de outubro de 2010**. Dá nova redação e acresce artigos ao Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7332.htm>. Acesso em 23 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 8.794 de 29 de junho de 2016**. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8794.htm>. Acessado em: 22 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Benefício de Prestação Continuada**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>. Acesso em 08 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Bolsa família inicia pagamentos nesta quinta (17.06) e chega a 14,69 milhões de famílias em junho de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/bolsa-familia-inicia-pagamentos-nesta-quinta-16-06-e-chega-a-14-69-milhoes-de-familias-em-junho-de-2021>>. Acessado em: 22 de junho de 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Bolsa Família: O que é. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/o-que-e>>. Acessado em: 22 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Guia para acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.** Brasília: 2020. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Guias_Manuais/Acompanhamento_condicionalidades.pdf>. Acessado em: 23 de jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.** Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/acao-estrategica-do-programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil>. Acesso em 10 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Ideb - apresentação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>>. Acessado em: 27 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Taxas de rendimento escolar. Disponível em https://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/situacao_aluno/documentos/2020/taxas_de_rendimento_escolar.pdf. Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Indicadores de Mortalidade. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2000/fqc01.htm>>. Acessado em: 23 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de orientações sobre o Bolsa Família na Saúde.** 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Programa Nacional de Imunizações 30 anos.** Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_30_anos_pni.pdf. Acesso em 06 de junho de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Programa alimentação saudável: bolsa-alimentação.** Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/alimenta_saudavel.pdf. Acesso em 10 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **A participação do SUAS no programa Criança Feliz.** Brasília: fev. 2017. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/SUAS_no_CriancaFeliz.pdf. Acessado em: 31 jul. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Bolsa Família e Cadastro Único no seu município.** Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmms/bolsafamilia/relatorio-completo.html>>. Acessado em: 27 jul. de 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria /** Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. – Brasília: MDS,

2014. P. 848. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf. Acesso em 26 de julho de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Financiamento da Assistência Social no Brasil. Caderno SUAS, ano 3, nº 3, Brasília: 2008. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Suas_Evolucao_Recursos_III.pdf. Acesso em 25 de abril de 2022.

BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale do Arino**. v. 3, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/1738>>. Acessado em: 24 de set. 2021.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio; BATISTA, Natália Ferreira. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Revista de Economia Contemporânea [online]**. 2010, v. 14, n. 2, pp. 269-301. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1415-98482010000200003>. Acesso em 06 de janeiro de 2022.

CALDAS, R. M.; SAMPAIO, Y. S. B. Pobreza no Nordeste Brasileiro: Uma análise multidimensional. **Revista Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 74-96, jan./abr. 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conheça o novo Fundeb, que amplia gradualmente os recursos da educação. 2020**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/687499-conheca-o-novo-fundeb-que-amplia-gradualmente-os-recursos-da-educacao/>. Acesso em 12 de julho de 2023.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=20408. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

CAMPOLI, J. S.; *et al.* O Bolsa Família aumentou a eficiência para a Segurança Alimentar? GEPROS. **Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, v. 14, n.3, p. 168 - 181, 2019. Disponível em: DOI: 10.15675/gepros.v14i3.2617. Acesso em 06 de junho de 2023.

CARNEIRO, F. **Avaliação de Políticas Públicas: por um Procedimento Integrado ao Ciclo da Gestão**. Perspectivas em Políticas Públicas, Belo Horizonte, MG, v. 6, n. 11, p. 93-129, jan/jun 2013. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/893>. Acesso em 18 de abril de 2022.

CASONATO, Lucas; CORRÊA, André Luiz; PAIVA, Suzana Cristina Fernandes de. Condicionais do PBF e seus efeitos sobre os índices educacionais nos municípios brasileiros entre 2010 e 2012. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**. ,

Curitiba, v. 7, n. 2, p. 264-299, mai./ago. 2018. Disponível em: 10.3895/rbpd.v7n2.6023. Acesso em 16 de maio de 2022.

CATTELAN, Renata; BEZERRA, Fernanda Mendes; MELLO, Gilmar Ribeiro de. Avaliação da Eficiência do Programa Bolsa Família nos Municípios do Paraná. **Administração Pública E Gestão Social**, v. 12, n. 3, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.21118/apgs.v12i3.5573>> Acessado em 08 de novembro 2021.

CATTELAN, Renata; MELLO, Gilmar Ribeiro de; BEZERRA, Fernanda Mendes. Avaliação da Eficiência do Programa Bolsa Família nos Municípios do Paraná. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 12, n. 3, 2020. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351563312002>. Acesso em 04 de janeiro de 2022.

CHOI, I. 2001. Unit root tests for panel data. *Journal of International Money and Finance* 20: 249–272.

CHOI, I. 2001. Unit root tests for panel data. *Journal of International Money and Finance* 20: 249–272.

CONTE, Nelson Carlos. A Política de Fundos (Fundef/Fundeb) e suas Disparidades no Financiamento da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul. **FINEDUCA - Revista De Financiamento Da Educação**, v. 8, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v8-78205>. Acesso em 27 de julho de 2023.

CORREA, Carlos Barbosa; TREVISAN, Leonardo Nelmi; MELLO, Cristina Helena Pinto de. Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho dos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública [online]**. v. 53, n. 5, pp. 838-858, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220180026>>. Acessado em 08 de novembro de 2021.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**. 2020, v. 54, n. 4, pp. 969-978. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220200170>>. Acessado em 13 de julho de 2023.

CRUZ, Rebeca Carmo de Souza; MOURA, Leides Barroso; NETO, Joaquim Jose Soares. Conditional cash transfers and the creation of equal opportunities of health for children in low and middle-income countries: a literature review. **Int J Equity Health**. 16, 161 (2017). Disponível: <https://doi.org/10.1186/s12939-017-0647-2>. Acessado em 02 de setembro de 2021.

CUNHA, Carla Giane Soares da Cunha. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: Tendências Recentes e Experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento**. n. 12, dez. 2018. Disponível em: <http://200.198.145.164/index.php/estudos-planejamento/article/view/4298>. Acesso em 28 de abril de 2022.

DATASUS. **Nota técnica - imunizações**. 1994. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/pni/Imun_cobertura_desde_1994.pdf. Acesso em 24 de maio de 2022.

DATASUS. **Coberturas vacinais segundo ano.** 2023. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dhdat.exe?bd_pni/cpnibr.def. Acesso em 02 de novembro de 2023.

DE-LOSSO, Rodrigo. Temas de economia aplicada: Deflacionamento. 2020. Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif478-18-24.pdf>. Acessado em 05 de abril de 2021.

DENES, Guilherme; KOMATSU, Bruno Kawaoka; MENEZES-FILHO, Naercio. Uma Avaliação dos Impactos Macroeconômicos e Sociais de Programas de Transferência de Renda nos Municípios Brasileiros. **Revista Brasileira de Economia.** v. 72, n. 3, pp. 292-312, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20180014>. Acessado em 02 de setembro de 2021.

DUARTE, Natalia de Souza. O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** v. 94, n. 237, pp. 343-363, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/9rCJD4RtTJm5F8qVYfBc4SM/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 02 de setembro de 2021.

ESTRELLA, Juliana; RIBEIRO, Leandro Molhano. Qualidade da gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma discussão sobre o índice de gestão descentralizada. **Revista de Administração Pública [online].** V. 42, n. 3. p. 625-641, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000300009>. Acesso em 08 de novembro de 2021.

FAHEL, Murilo; TELES, Leticia Ribeiro. Medindo a Pobreza Multidimensional do Estado de Minas Gerais, Brasil: Olhando para Além da Renda. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 386-416, maio - jun. 2018. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612154852>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP And WHO. (2021). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all.** Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cb4474en>. Acessado em: 25 de julho. 2021.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920.** Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2016.

FERRO, Andrea Rodrigues. Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil. Dissertação (mestrado). Escola superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2003.

FILHO, A. E. Sobre ideologias e programas de transferência de renda no Brasil. **Psicologia e Sociedade,** Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 257-266, mai./ago. 2016.

FISZBEIN, Ariel; SCHADY, Norbert Rüdiger; FERREIRA, Francisco HG. Conditional cash transfers: reducing present and future poverty. World Bank Publications, 2009. Disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2597>. Acesso em 26 de janeiro de 2022.

FORD, Katherine J. *et al.* Health outcomes of the Bolsa Família program among Brazilian Amazonian children. **Revista de Saúde Pública [online]**. v. 54. 2020 Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054001519>>. Acessado em 02 de setembro de 2021.

FRAGA, Marinette Santana; FERREIRA, Cláudia Aparecida Avelar; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Elementos Emancipatórios na Pobreza Multidimensional: A Gestão dos Ativos Intangíveis e do Capital Social. **Desenvolvimento Em Questão**, 2020, v. 18, n. 53, p. 183–201. Disponível em <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.53.183-201>. Acesso em 05 de janeiro de 2022.

FRANCO, M. A. E. *et al.* Causas da queda progressiva das taxas de vacinação da poliomielite no Brasil / Causes of the progressive fall in polyomyelitis vaccination rates in Brazil. **Brazilian Journal of Health Review**, v3. n6, p. 18476–18486, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n6-241>. Acesso em 27 de junho de 2023.

Fundação de Economia e Estatística (FEE) **Apesar da queda de 4,6% em 2015, PIB gaúcho aumentou sua participação para 6,4% na economia do Brasil**. Disponível em: [https://arquivofee.rs.gov.br/pib/apesar-da-queda-de-46-em-2015-pib-gaicho-aumentou-sua-participacao-para-64-na-economia-do-brasil/#:~:text=O%20Produto%20Interno%20Bruto%20\(PIB,Pa%C3%ADs%20\(%2D3%2C5%25\)](https://arquivofee.rs.gov.br/pib/apesar-da-queda-de-46-em-2015-pib-gaicho-aumentou-sua-participacao-para-64-na-economia-do-brasil/#:~:text=O%20Produto%20Interno%20Bruto%20(PIB,Pa%C3%ADs%20(%2D3%2C5%25).)). Acesso em 29 de junho de 2023.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Vacinação infantil sofre queda brusca no Brasil. 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/vacinacao-infantil-sofre-queda-brusca-no-brasil>. Acesso em 02 de novembro de 2023.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Sobre o Fundeb**. Disponível em <https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>. Acesso em 03 de julho de 2022.

FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (FNS). **Sobre o FNS**. Disponível em <https://portal.fns.saude.gov.br/sobre-o-fns/>. Acesso em 03 de julho de 2022.

GALVÃO, Cristina Maria, SAWADA, Namie Okino e TREVIZAN, Maria Auxiliadora. Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem [online]**. 2004, v. 12, n. 3 [Acessado 24 Setembro 2021] , pp. 549-556. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-11692004000300014>>. Acessado em 15 de setembro de 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 13 de maio de 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 6ª edição. Grupo GEN: Atlas, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/>. Acesso em: 04 fev. 2022. Acesso em 04 de fevereiro de 2022.

GREENE, W. H. 2012. *Econometric Analysis*. 7th ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall.

GREENE, W. H. 2012. *Econometric Analysis*. 7th ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall.

GUANAIS, Frederico C. The combined effects of the expansion of primary health care and conditional cash transfers on infant mortality in Brazil, 1998-2010. **Am J Public Health**. Nov. 2013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24028257/>. Acessado em 02 de setembro de 2021.

GUIMARÃES, Raquel Rangel de Meireles. **Probabilidade de Progressão por Série Modelo de transições escolares Modelos idade-período-coorte Estimador Intrínseco**. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/AMSA-86WK4M?mode=full>. Acesso em: 07 de abril de 2022.

HECKMAN, James J.O investimento em capital humano da China. *Revisão Econômica da China*, v. 16, n.1 ,pág 50-70, 2005. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1043951X04000434#!> Acesso em 19 de janeiro de 2022.

HESPANHA, Pedro. Políticas Sociais: novas abordagens, novos desafios. **Dossiê: Direitos, Movimentos e Políticas Sociais**. v. 39, n. 1, pág 5-15, 2008. Disponível em <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/517>. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

HSIAO, C. *Analysis of panel data*. Cambridge: UP, 1999. (Econometric Society HSIAO, Cheng. *Analysis of panel data*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. Disponível em: <https://assets.cambridge.org/052181/8559/sample/0521818559ws.pdf> Acesso em 01 de março de 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. 1990. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf. Acesso em 02 de setembro de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **O que é o PIB?** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20o%20PIB,R%24%208%2C7%20trilh%C3%B5es.>> Acesso em 03 de julho de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 09 de abril de 2022

IM, K. S.; PESARAN, M. H.; SHIN, Y. Testing for Unit Roots Heterogeneous Panels. **Working Paper**, Department Of Applied Economics. University of Cambridge. 1997.

IPEADATA. Índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA): taxa de variação - Período mantido. 2023. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acessado em 05 de abril de 2023.

JOIOZO, Renato Silveira. **Inovação e capital humano: uma aplicação de testes de cointegração em dados em painel**. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia). 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2042>. Acesso em 30 de junho de 2023.

JR., Tercio Sampaio F.; FILHO, Calixto S.; NUSDEO, Fabio. **Poder econômico: direito, pobreza, violência, corrupção**. Editora Manole: Barueri, SP, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520442418/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

KAO, C., 1999. **Spurious Regression and Residual-Based Tests for Cointegration in Panel Data**. *Journal of Econometrics*, 90, 1-44.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 79–112, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642922>. Acesso em: 5 jan. 2022.

KERN, Ana Paula. O Programa Bolsa Família e Impactos sobre o Desenvolvimento Humano. 2018. Tese (Doutorado em Economia) –Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2018

Kühn, D. D., & Tonetto, E. da S. (2017). O Programa Bolsa Família e os Indicadores Sociais de Combate à Pobreza no Rio Grande do Sul: Um Olhar Multidimensional. **Desenvolvimento Em Questão**, 15(39), 86–111. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2017.39.86-111>. Acesso em 14 de setembro de 2023.

KUHN, Daniela Dias Kühn; TONETTO, Elci da Silva Tonetto. O Programa Bolsa Família e os Indicadores Sociais de Combate à Pobreza no Rio Grande do Sul: Um Olhar Multidimensional. **Desenvolvimento em Questão**. v. 15, n. 39, abr/jun 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2017.39.86-111>. Acesso em 04 de julho de 2023.

Lazaretti, Lauana Rossetto, Teixeira, Felipe Orsolin e Oliveira, Sibeles Vasconcelos de. Desigualdades socioeconômicas e demográficas nos municípios do Rio Grande do Sul/Brasil: um índice de vulnerabilidade à pobreza. *Revista Brasileira de Gestão Urbana* [online]. 2019, v. 11 [Acessado 2 Abril 2022] , e20180154. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180154>>. Epub 03 Out 2019. ISSN 2175-3369. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180154>.

IM, K. S.; PESARAN, M. H.; SHIN, Y. Testing for unit roots in heterogeneous panels. **Journal of Econometrics**, v. 115, p. 53-74, 2003.

LEITE, Cristiane Kerches da Silva; PERES, Úrsula Dias. Paradigmas de Desenvolvimento e Disseminação de Políticas: Raízes Locais da Criação do Programa Bolsa Família. **O&S**. Salvador, v. 22. n. 75, p. 621-638. Out./Dez. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/osoc/a/FzCmb6y74hYhb55jrSHnfVc/abstract/?lang=pt>>. Acessado em: 22 jun. 2021.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. Disponível em

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/214553/001068171.pdf?sequence=1>. Acesso em 27 de abril de 2022.

LONGO, Flávia Vitor; VIEIRA, Joice Melo. EDUCAÇÃO DE MÃE PARA FILHO: FATORES ASSOCIADOS À MOBILIDADE EDUCACIONAL NO BRASIL. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 141, pp. 1051-1071, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017162420>>. Acesso em 07 de abril de 2022.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney; CALDAS, Ricardo Warendorff. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae, 2008. Disponível em: <http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/manual%20de%20politicass%20p%C3%9Ablicas.pdf>. Acesso em 26 de abril de 2022.

LOTTA, Gabriela. **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: ENAP, 2019. Disponível em <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4162>. Acesso em 27 de abril de 2022.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina da S. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018..

MARQUES, A. C. S. A conversação cívica sobre o Bolsa Família: contribuições para a construção da cidadania e da autonomia política de mulheres pobres. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. v. 14, n.14, p. 11-49, jan./jun. 2009.

MARQUES, L. D. Modelos dinâmicos com dados em painel: revisão da literatura. Série Working Papers do Centro de Estudos Macroeconômicos e Previsão (CEMPRE) da Faculdade de Economia do Porto, Portugal, n. 100, 2000. Disponível em <http://wps.fep.up.pt/wps/wp100.pdf>. Acesso em 01 de março de 2022.

MARTINS, Marco Antônio dos Santos. **Relação entre o FUNDEB e o desenvolvimento educacional nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Trabalho conclusão de curso (Ciências Contábeis). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/204574>. Acesso em 29 de junho de 2023.

MARTINS, Bárbara Amaral e RÜCKERT, Fabiano Quadros. O Programa Bolsa Família e a condicionalidade educacional: uma análise do desempenho escolar de estudantes em situação de pobreza. **Revista Brasileira de Educação [online]**. 2022, v. 27. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270101>>. Acesso em 21 de novembro de 2023.

MEDEIROS, Márcia de Souza. **A implementação dos Programas Federais PETI e Agente Jovem, em Porto Alegre, no contexto das políticas de transferência de renda dos governos Fernando Henrique Cardoso**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/18442>. Acesso em 10 de maio de 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Nenhum estado atinge a meta do Ideb 2017 no ensino médio**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/68371->

nenhum-estado-atinge-a-meta-do-ideb-2017-no-ensino-medio-indice-avancou- apenas-0-1. Acesso em 12 de julho de 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual Operacional para uso do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Brasília: 2017. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/public/file/ManualDoSisvan.pdf>. Acesso em 31 de março de 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família**. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedepiar/UFMG. Outubro de 2007. Disponível em <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/448.pdf>. Acesso em 01 de dezembro de 2021.

MOONEY, Linda A.; KNOX, David; SCHACHT, Caroline. Problemas sociais: **Uma análise sociológica da atualidade - Tradução da 9ª edição norte-americana**. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2016. 9788522124077. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522124077/>. Acesso em: 02 abr. 2022.

MOURA, Elisa Coutinho *et al.* Vacinação no Brasil: reflexão bioética sobre acessibilidade. **Revista Bioética**, vol. 28, n. 4, 2020, p. 752-759. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-80422020284440>. Acesso em 27 de junho de 2023.

NAZARENO, Luísa de Azevedo; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. Transferências Condicionadas de Renda: Origens, Fundamentos e Tendências Recentes na África Subsaariana. **Boletim de Economia e Política Internacional - BEPI**.n. 19, Jan./Abr. 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5199/1/BEPI_n19_Transfer%c3%aancias.pdf. Acesso em 22 de abril de 2022.

NERI, Marcelo. Uma próxima geração de programas de transferência de renda condicionada . **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 2, p. 168-181, 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76122017-0041>. Acesso em 05 de janeiro de 2021

OLIVEIRA, Fabiana de Cássia Carvalho et al . Estado nutricional e fatores determinantes do déficit estatural em crianças cadastradas no Programa Bolsa Família. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília , v. 20, n. 1, p. 7-18, mar. 2011 . Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742011000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 abr. 2022.

OLIVEIRA, Lilian Ribeiro de; PASSADOR, Claudia Souza. Ensaio teórico sobre as avaliações de políticas públicas. **Cadernos EBAPE.BR** v. 17, n. 2, pp. 324-337, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1679-395169657>>. Acesso em 28 de abril de 2022.

OLIVEIRA, Maria Mônica de et al. Fatores associados ao estado nutricional de crianças menores de cinco anos da Paraíba, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2022, v. 27, n. 02 [Acessado 25 Março 2022] , pp. 711-724. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232022272.46652020>>.

OLIVEIRA, Maura; CAVALHEIRO, Kênia; BONELLA, Danielle Soncini. Concisa análise acerca do Programa Bolsa Família na redução da Pobreza e das Desigualdades Sociais na Região Central do Estado Do Rio Grande Do Sul. **X Salão de Iniciação Científica – PUCRS**, 2009. Disponível em:

https://ww1.pucrs.br/orgaos/edipucrs/XSalaoIC/Ciencias_Sociais_Aplicadas/Direito/71406-KENIACAVALHEIROPOMPEU.pdf. Acesso em 04 de julho de 2022.

ONU NEWS. (2021). **Pobreza extrema aumenta pela primeira vez em 20 anos, diz Banco Mundial**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/10/1728962>. Acessado em: 25 de julho de 2021.

ONU. (2021). **Centro Regional de Informação para Europa**. Pobreza. Disponível em: <https://unric.org/pt/eliminar-a-pobreza/>. Acessado em: 25 de julho. 2021.

ORTIZ, Hivana Rodrigues Arantes. A evolução dos indicadores econômicos e sociais brasileiros entre os anos de 2010 a 2019. Trabalho de conclusão de curso (Ciências Econômicas). Universidade Federal da Grande Dourados. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/5297/1/HivanaRodriguesArantesOrtiz.pdf>. Acesso em 02 de julho de 2023.

PADILHA, Vanessa Pahim Teixeira; CAMARGO, Bruna Faccin; ZANATTA, Jocias Maier. Aplicação dos recursos públicos no combate à pandemia da COVID-19: os casos dos municípios da região central do Rio Grande do Sul. **Boletim de Conjuntura**. n. 35, v. 12, 2022. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/757/524>. Acesso em 12 de julho de 2023.

PAULI, Rita Inês; FRAGA, Luana dos Santos; VIEIRA, Kelmara Mendes. *et al.* Programa Bolsa Família: O acompanhamento das condicionalidades. **Revista do CEPE**. Santa Cruz do Sul, n. 42, p. 151-166, jul./dez. 2015. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/307718914_PROGRAMA_BOLSA_FAMILIA_O_A_COMPANHAMENTO_DAS_CONDICIONALIDADES. Acessado em 01 dezembro de 2021.

PAVAN, Rafael. **O investimento na educação pública municipal e o princípio da eficiência no Rio Grande do Sul: uma análise dos gastos per capita no ensino fundamental versus desempenho no IDEB de acordo com o IDESE 2009-2017**. 2017. 168 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2017.

PEDRONI, P. ,2004. **Panel Cointegration; Asymptotic and Finite Sample Properties of Pooled Time Series Tests with an Application to the PPP Hypothesis**. *Econometric Theory*, 20, 597-625

PEDRONI, P. 1999. **Critical Values for Cointegration Tests in Heterogeneous Panels with Multiple Regressors**. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 61, 653-70.

PETRANSKI, Jeferson; TERNOSKI, Simão. Relação entre políticas públicas, crescimento e desenvolvimento no centro paranaense. **Agenda Política**, v. 9, n. 1, p. 307–337, 2022. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/594>. Acesso em 26 de julho de 2023.

PINTO, Nelson Guilherme Machado; CORONEL, Daniel Arruda; Bender Filho, Reisoli. Eficiência no Desenvolvimento Regional Resultante do Programa Bolsa Família: Aplicação da Análise Envoltória de Dados (DEA) nos Estados e Regiões Brasileiras de 2004 a 2010. **Desenvolvimento Em Questão**, v. 13, n. 31, p. 143–172, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2015.31.143-172>. Acesso em 18 de abril de 2022.

PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela Lotta; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Burocracia e políticas públicas no Brasil : interseções analíticas. Brasília: Ipea: Enap, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33720. Acesso em 26 de abril de 2022.

PROCOPIUCK, Mario. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária**. São Paulo: Grupo GEN, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522476978/>. Acesso em 28 abril 2022.

RASELLA, Davide *et al.* Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: a nationwide analysis of Brazilian municipalities. **Lancet**. V. 382, p. 57-64, jul. 2013. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(13\)60715-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(13)60715-1). Acessado em 02 de setembro de 2021.

RIBEIRO, Felipe Garcia *et al.* Avaliação de impactos sinérgicos entre o Programa Bolsa Família e o programa Primeira Infância Melhor no Rio Grande do Sul. **planejamento e políticas públicas**. n. 60, p. 235 - 264, out-dez. 202. Disponível em: <https://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/1256/626>. Acesso em 19 de abril de 2022.
Ricardo Barros Mirela de Carvalho Samuel Franco Rosane Mendonça

RIO GRANDE DO SUL. **COORDENADORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO - CRE**. Disponível em: <https://servicos.educacao.rs.gov.br/pse/srv/cre.jsp?ACAO=acao2&>. Acesso em 29 de abril de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/inicial>. Acesso em 16 de abril de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Prestação de contas: repasses federais e combate à Pandemia**. Março, 2021. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//er002221-cartilha-prestacao-contas-covid.pdf>. Acesso em 12 de julho de 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Regiões de Saúde**. Disponível em: http://www1.saude.rs.gov.br/dados/1338422367990CONGRESSO_ASSEDISA_REGIOES_SAUDE.pdf. Acesso em 29 de abril de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Regiões de saúde**. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/regioes-de-saude>. Acesso em 29 de abril de 2022.

RUSSO, L. X.; TRINTIN, J. G. O beneficiário do Programa Bolsa Família: Caso de Maringá. **Revista de desenvolvimento econômico**. Salvador, n. 25, jun. 2012.

SALDIVA, Sílvia Regina Dias Médici; SILVA, Luiz Fernando Ferraz; SALDIVA, Paulo Hilário Nascimento. Avaliação antropométrica e consumo alimentar em crianças menores de cinco anos residentes em um município da região do semiárido nordestino com cobertura parcial do programa bolsa família. **Revista de Nutrição**. v. 23, n. 2, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-52732010000200005>>. Acesso em 07 de abril de 2022.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María del Pilar B. **Metodologia de Pesquisa**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2013. 9788565848367. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/>. Acesso em: 26 fev. 2022

SANTIAGO, M. G. O. *et al.* Programa Bolsa Família: Acompanhamento familiar no Sistema Único de Assistência Social. **Cadernos de Gestão pública e cidadania**. São Paulo, v. 18, n. 63, jul./dez. 2013.

SANTOS, Eduarda Emanuela Silva dos; BERNARDINO, Ítalo de Macedo; PEDRAZA, Dixis Figuero. Insegurança alimentar e nutricional de famílias usuárias da Estratégia Saúde da Família no interior da Paraíba. **Cadernos Saúde Coletiva** [online]. 2021, v. 29, n. 1, pp. 110-121. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1414-462X202129010412>>. Acessado 22 Março 2022.

SANTOS, José Martins dos. **Desenvolvimento social e política pública : uma análise de eficiência, eficácia e efetividade do bolsa família no COREDE norte do Rio Grande do Sul**. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3994>. Acesso em 22 de abril de 2022.

SANTOS, José Martins dos. **Desenvolvimento Social E Política Pública: Uma Análise De Eficiência, Eficácia E Efetividade Do Bolsa Família No Corede Norte Do Rio Grande Do Sul**. Dissertação (Mestrado em Economia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2007. Disponível em: <https://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/2559>. Acesso em 04 de julho de 2023.

SANTOS, Lúzio da Ressurreição *et al.* Análise Executiva de resultados no direcionamento e accountability das estratégias de governo. **Revista TCU**. n. 141, 2018. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1491>. Acesso em 18 de abril de 2022.

SANTOS, M. C. M. dos. *et al* A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.48, n.6, p. 1381-1405, nov./dez. 2014.

SANTOS, Mariana Cristina Silva *et al.* Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.

24, n. 6, pp. 2233-2247, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018246.19582017>>. Acessado em 02 de setembro de 2021.

SANTOS, N. M. A Organização da Saúde no Rio Grande Do Sul. **Revista Gestão & Saúde**, Curitiba, v. 1, n. 3, p1-10. 2010. Disponível em: <https://www.herrero.com.br/files/revista/file124a1536ef0f9984e8db2e4a5391cd09.pdf>. Acesso em 29 de abril de 2022.

SANTOS, Ohanna Thays Medeiros et al. Perfil de Segurança Alimentar e Nutricional em Beneficiários do Programa Bolsa Família em Santa Cruz - RN: Análise dos Determinantes Socioeconômicos. **Interface -Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 17, n. 1, p. 107-123, 2020. Disponível em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/59696/perfil-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-em-beneficiarios-do-programa-bolsa-familia-em-santa-cruz---rn--analise-dos-determinantes-socioeconomicos-/i/pt-br>. Acesso em 05 de janeiro de 2022.

Schady, N., Araujo, M. C., Peña, X., & López-Calva, L. F. (2008). Cash Transfers, Conditions, and School Enrollment in Ecuador [with Comments]. *Economía*, 8(2), 43–77. <http://www.jstor.org/stable/20065524>

SCHNACK, Gislaíne; PROCHNOW, Tânia. Educação ambiental nos cursos de licenciaturas em ensino de ciências e matemática do RS – estudo das estratégias de ensino. **Educação Matemática em Revista-RS**. N. 17, V. 2, P. 14-34. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319261955_EDUCACAO_MATEMATICA_EM_REVISTA_-_RS_EDUCACAO_AMBIENTAL_NOS_CURSOS_DE_LICENCIATURAS_EM_ENSINO_DE_Ciencias_E_MATEMATICA_DO_RS_-_ESTUDO_DAS ESTRATEGIAS_DE_ENSINO. Acesso em 02 setembro de 2022.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de S.; PIRES, Valdemir. **Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522128976/>. Acesso em 27 abril de 2022.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522125470/>. Acesso em: 26 abril de 2022.

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI. VIS DATA 3 *beta*. Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em 09 de dezembro de 2021.

SEGURA-PÉREZ, Sofia; GRAJEDA, Rubén; PÉREZ-ESCAMILLA, Rafael. Conditional cash transfer programs and the health and nutrition of Latin American children. **Revista Panamericana de Salud Pública**. 2016, v. 40, n. 2, pp. 124-137. Disponível em: <https://scielosp.org/article/rpsp/2016.v40n2/124-137/#>. Acessado em 02 de setembro de 2021.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya Kumar. **Desigualdade reexaminada**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SESC. (2016). Departamento Nacional. **Guia do Programa Mesa Brasil Sesc / Sesc, Departamento Nacional**. – Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2016. Disponível em: https://rfp.sesc.com.br/moodle/pluginfile.php/5848/mod_resource/content/2/Guia_MBS_4_11_2016_Rev2_Novo.pdf. Acesso em: julho 2021.

SHEI, Amie. Brazil's Conditional Cash Transfer Program Associated With Declines In Infant Mortality Rates. **Health Affairs**, v. 32, n. 7, Jul. 2013. Disponível em: <https://www.healthaffairs.org/doi/abs/10.1377/hlthaff.2012.0827>. Acessado em 02 de setembro de 2021.

SILVA, Diego Augusto Santos; NUNES, Heloyse Elaine Gimenes. Prevalência de baixo peso, sobrepeso e obesidade em crianças pobres de Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Epidemiologia [online]**. v. 18, n. 2, pp. 466-475, 2015, Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-5497201500020014>>. Acesso em 07 de abril de 2022.

SILVA, Evaldo José da; CAVALCANTE, Paulo Roberto Nóbrega. A Influência da Escolaridade da População na Riqueza dos Municípios Brasileiros. **XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis**. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/SUCC/article/download/237118/30195>. Acesso em 14 de setembro de 2023.

SILVA, Everlane Suane de Araújo da, PAES, Neir Antunes; SILVA, Cesar Cavalcanti da. Efeitos dos programas governamentais e da fecundidade sobre a mortalidade infantil do Semiárido brasileiro. **Saúde em Debate [online]**. 2018, v. 42, n. 116. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201811611>>. Acessado em 02 de setembro de 2021.

SILVA, Everlane Suane de Araújo da; PAES, Neir Antunes. Programa Bolsa Família e a redução da mortalidade infantil nos municípios do Semiárido brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2019, v. 24, n. 2, pp. 623-630. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.04782017>>. Acessado em 02 de setembro de 2021.

SILVA, F. A. Pobreza estrutural globalizada, território brasileiro e política de transferência de renda: o Programa Bolsa Família como evento. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 21, n. 1, p. 48-72, abril. 2017. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/111813>>. Acesso em 22 de abril de 2022.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. v. 12, n. 6, pp. 1429-1439, 2007. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000600006>. Acesso em 10 de novembro de 2021.

SILVA, Tiago Falcão. **Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)**. Brasília: Enap, 2018.

SILVEIRA-NETO, Raul M.; AZZONI, Carlos R. Social Policy as Regional Policy: Market and Nonmarket Factors Determining Regional Inequality. **Journal Of Regional Science**. v. 52, dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9787.2011.00747.x>. Acessado em 02 de setembro de 2021.

SOARES, Fabio Veras *et al.* Programas De Transferência De Renda No Brasil: Impactos Sobre A Desigualdade. **Instituto de Economia Aplicada - IPEA**. Brasília: out, 2006. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4374. Acesso em 22 de abril de 2022.

SOUZA, Anelise Andrade de; Heller, Léo. Programa Bolsa Família e saneamento: uma revisão sistemática dos efeitos na diarreia e na desnutrição. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2021, v. 26, n. 08, pp. 3087-3098. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232021268.07362020>>. Acessado em: 02 de setembro de 2021.

SOUZA, Anelise Andrade *et al.* Combined effects of conditional cash transfer program and environmental health interventions on diarrhea and malnutrition morbidity in children less than five years of age in Brazil, 2006-2016. **PLoS One**. 2021 Mar 30;16(3). Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33784331/>. Acessado em 02 de setembro de 2021.

SOUZA, Celina. Coordenação de políticas públicas. Brasília:Enap, 2018. Disponível em <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3329>. Acesso em 25 de abril de 2022.

SOUZA, Helson Gomes de et al. Uma Análise Espacial de Como o Crescimento e a Desigualdade Afetam a Pobreza no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro v. 55, n. 2, p. 459-482, mar/abr 2021. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220190349>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

SPERANDIO, N. *et al.* Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos: estudo comparativo das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 22. n. 6, p.1771-1780, 2017.

SPERANDIO, Naiara; PRIORE, Silvia Eloiza. Prevalence of household food insecurity and associated factors among Bolsa Familia Program families with preschool children in Vicos, Minas Gerais State, Brazil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. v. 24 n. 4. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000400016>. Acesso em 02 de setembro de 2021.

SPERANDIO, Naiara; PRIORE, Silvia Eloiza. Prevalence of household food insecurity and associated factors among Bolsa Familia Program families with preschool children in Vicos, Minas Gerais State, Brazil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. v. 24 n. 4. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000400016>. Acesso em 02 de setembro de 2021.

STOK, J. H.; WATSON, M. W. **Econometria**. Tradução Monica Rosemberg. São Paulo: Addison Weley, 485 p., 2004.

TANAKA, Oswaldo Yoshimi; TAMAKI, Edson Mamoru. O papel da avaliação para a tomada de decisão na gestão de serviços de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 17, n. 4, pp.

821-828, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000400002>>. Acesso em 09 de abril de 2022.

TESTA, M. G. *et al.* Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 47. n. 6, nov/dez. 2013.

TOCHETTO, Daniela *et al.* Crescimento Pró-Pobre No Brasil - Uma Análise Exploratória. ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], **Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 32th Brazilian Economics Meeting]**. 2004. Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A047.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2022.

Tribunal de Contas da União (TCU). **TCU encontra mais de 160 mil famílias com indícios de irregularidades no Bolsa Família**. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-encontra-mais-de-160-mil-familias-com-indicios-de-irregularidades-no-bolsa-familia.htm>. Acesso em 26 de julho de 2023.

UNICEF. (2021). **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ainda é possível mudar 2030**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acessado em: 25 de julho. 2021.

VEIGA, Alex Golfetto da. **Programa Bolsa Família no Estado do Espírito Santo : análise das transferências financeiras do governo federal para o programa e suas condicionalidades**. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

VIEIRA, S. G. L. **A relação entre liberdade econômica e o PIB per capita dos países no período de 2000-2017: uma análise de dados em painel**. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia e Mercados) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna – Tradução da 6ª edição norte-americana**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126996/>. Acesso em: 24 mai. 2022.

Zahdi MR, Maluf Junior I, Maluf EMCP. Hepatite A: avaliação do custo-benefício da prevenção pela vacina - Paraná, Brasil. **Rev. Brasileira de Medicina Familiar e Comunidade**. V. 4 N. 16, p. 281-288, 2009. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/420>. Acesso em 12 de junho de 2023.

APENDICE I - LISTA DE MUNICÍPIOS EXCLUÍDOS

Municípios excluídos por não atenderem os critérios utilizados na interpolação de dados do IDEB:

Almirante Tamandaré, Alto Alegre, Alto Feliz, Amaral Ferrador, André da Rocha, Barão do Triunfo, Barra do Rio Azul, Barra Funda, Benjamin Constant do Sul, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista Do Sul, Bom Progresso, Bozano, Canudos Do Vale, Carlos Gomes, Centenario, Cerro Grande, Charrua, Chuisca, Colorado, Coqueiro Baixo, Coqueiros Do Sul, Coronel Pilar, Cristal Do Sul, Cruzaltense, Dezesesseis De Novembro, Dilermando De Aguiar, Dois Irmaos Das Missoes, Dois Lajeados, Dom Pedro De Alcantara, Doutor Ricardo, Engenho Velho, Entre Rios Do Sul, Ernestina, Erval Grande, Eugenio De Castro, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gentil, Gramado Dos Loureiros, Gramado Xavier, Guabiju, Herveiras, Ibarama, Imigrante, Itapuca, Itati, Itatiba Do Sul, Ivora, Jacuizinho, Jari, Lagoa Bonita Do Sul, Lagoa Dos Tres Cantos, Lajeado Do Bugre, Liberato Salzano, Linha Nova, Mampituba, Marata, Mariano Moro, Mato Queimado, Montauri, Monte Belo Do Sul, Mormaco, Morrinhos Do Sul, Muliterno, Nicolau Vergueiro, Nova Araca, Nova Candelaria, Nova Ramada, Nova Roma Do Sul, Novo Cabrais, Novo Machado, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Paraiso Do Sul, Pareci Novo, Passa Sete, Passo Do Sobrado, Paulo Bento, Pedras Altas, Pinto Bandeira, Pirapo, Poco Das Antas, Ponte Preta, Porto Vera Cruz, Pouso Novo, Presidente Lucena, Progresso, Protasio Alves, Putinga, Quevedos, Relvado, Rio Dos Indios, Rolador, Rondinha, Sagrada Familia, Saldanha Marinho, Salvador Das Missoes, Santa Cecilia Do Sul, Santa Margarida Do Sul, Santa Tereza, Santo Antonio Do Palma, Santo Expedito Do Sul, Sao Joao Do Polesine, Sao Jorge, Sao Jose Do Herval, Sao Jose Do Inhacora, Sao Jose Do Sul, Sao Martinho Da Serra, Sao Pedro Das Missoes, Sao Pedro Do Butia, Sao Valerio Do Sul, Sao Vendelino, Senador Salgado Filho, Serio, Sete De Setembro, Silveira Martins, Tabai, Tio Hugo, Tiradentes Do Sul, Toropi, Tres Arroios, Tres Forquilhas, Tunas, Tupanci Do Sul, Ubiretama, Uniao Da Serra, Unistalda, Vale Verde, Vanini, Vespasiano Correa, Victor Graeff, Vila Langaro, Vista Alegre, Vista Alegre Do Prata, Vista Gaucha, Vitoria Das Missoes, Westfalia.